

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
**MARINA NORONHA COSTA DO NASCIMENTO**

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA  
ANÁLISE CRÍTICA DO MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

RIO DE JANEIRO  
2016

MARINA NORONHA COSTA DO NASCIMENTO

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Nutrição (PPGN), do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **mestre em Nutrição Humana**.

Orientadoras:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Shirley Donizete Prado

Rio de Janeiro

2016

Nascimento, Marina Noronha Costa do

Orientações políticas de educação alimentar e nutricional: uma análise crítica do marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas. / Marina Noronha Costa do Nascimento. - Rio de Janeiro: UFRJ / Instituto de Nutrição Josué de Castro, 2016.

137 f. ; 31 cm.

Orientadoras: Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho e Shirley Donizete Prado.

Dissertação (mestrado) – UFRJ, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-graduação em Nutrição, 2016.

Referências bibliográficas: f. 75-81.

1. Educação Alimentar e Nutricional. 2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Políticas Públicas. 4. Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação. 5. Publicações Governamentais como Assunto. 6. Nutrição - Tese. I. Carvalho, Maria Cláudia da Veiga Soares. II. Prado, Shirley Donizete. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição Josué de Castro, Programa de Pós-graduação em Nutrição. IV. Título.

MARINA NORONHA COSTA DO NASCIMENTO

ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO MARCO DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO DO INSTITUTO DE NUTRIÇÃO JOSUÉ DE CASTRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM NUTRIÇÃO HUMANA.

Aprovada em:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Maria Antonieta de Souza Santos (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosângela Alves Pereira (UFRJ)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fabiana Bom Kraemer (UERJ)

Dedico esta dissertação à minha filha, Lua Clara.

## AGRADECIMENTOS

“E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá...”

(Caminhos do coração - Gonzaguinha).

À minha mãe, Lucila, e ao meu pai, Carlito, pelo esforço e dedicação investidos na minha educação.

Ao meu companheiro, esposo, amigo, João, que me incentivou durante todo esse percurso, desde a seleção para ingresso no mestrado até a última palavra desta dissertação.

À Lua Clara, minha filha, que me tirou tantas vezes do computador, solicitando minha atenção. Você foi, sem eu mesma perceber, aquele fôlego que precisei tantas vezes durante esse processo.

À minha irmã, Lila, pelo apoio e por me acompanhar em todas as fases, lendo, corrigindo e me incentivando a continuar escrevendo e ao meu irmão, Arthur, pelo exemplo de profissional e competência que me inspira.

Ao meu amigo e cunhado, Igor, pela tradução do resumo, mas sobretudo pelo apoio e por ser, também, inspiração como profissional e como pessoa.

À minha família e amigos pela torcida e incentivo.

À minhas queridas orientadoras, Maria Cláudia e Shirley, por acreditarem e me incentivarem, com a paciência inerente a um educador. Sabiam que eu chegaria lá e esperaram com paciência sem me deixar esmorecer, respeitando a construção dos meus próprios caminhos.

Aos meus queridos professores Chico, Marta, Eliane, Fabiana, que, também, acompanharam meu processo de amadurecimento durante a elaboração desta dissertação e me ajudaram com valiosas contribuições.

Aos amigos do NECTAR pelas discussões e orientações coletivas e pela companhia e apoio nesse percurso, com vocês pude compartilhar e aprender um pouco mais sobre ser pesquisadora.

A todos que integram o PPGN-INJC por contribuírem na minha formação científica.

À minha amiga e parceira de mestrado, Thais, com quem pude dividir as conquistas e aflições desse percurso. Sem você teria sido um pouco mais difícil. Obrigada pelo apoio.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo no primeiro ano do mestrado.

“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária” (Karl Marx).



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASBRAN	Associação Brasileira de Nutrição
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CGEAN	Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional
CGPAN	Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
DEISP	Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MS	Ministério da Saúde
NECTAR	Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação
OPSAN	Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição
PAAS	Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero
PIDESC	Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PlanSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Política Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PNSAN	Política de Segurança Alimentar e Nutricional
PSE	Programa Saúde na Escola
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## RESUMO

NASCIMENTO, M. N. C. Orientações políticas de Educação Alimentar e Nutricional: uma análise crítica do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para políticas públicas. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

A presente dissertação se insere na linha de pesquisa em Epidemiologia Nutricional do Programa de Pós-graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo, desenvolvemos sua abordagem em um formato de pesquisa diferente do convencional nos estudos epidemiológicos, uma vez que trabalhamos com objetos complexos nos campos da Educação e da Alimentação e Nutrição. Nos últimos anos, vêm sendo empregadas novas perspectivas relacionadas às questões de Alimentação e Nutrição no Brasil. Em 2003, o combate à fome e o debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foram retomados na agenda governamental e a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas federais assumiu um lugar estratégico. O Brasil instituiu políticas nacionais através de processos socialmente participativos como, por exemplo, a Política de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Neste cenário, é construído e lançado em 2011-2012 o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, objeto deste estudo. Entendendo, na perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, as agendas governamentais como parte de uma estrutura social dinâmica que muda de acordo com o contexto político, econômico, cultural e que este mesmo contexto, por sua vez, muda a agenda dinamicamente, tivemos como motivação contribuir com a avaliação de políticas públicas de alimentação e nutrição, percebendo-as como reflexo de relações sociais e institucionais cujas intenções orientam o caminho, a trajetória a seguir. Assim, se por um lado essas políticas públicas buscam orientar as práticas, por outro, são reflexo delas e, muitas vezes, surgem a fim de dar respostas e de normatizá-las quando as mesmas já existiam

livremente sem essas normas, expressando uma ideologia, um ideal de “boa educação” ou de uma “boa alimentação” que se deseja alcançar. Com o objetivo de proceder uma análise crítica sobre as diretrizes e orientações políticas de EAN presentes no documento, recorreremos à concepção de ideologia e seu vínculo com a Educação para sustentar nossa análise e discussão. O percurso metodológico adotado compreendeu a pesquisa documental e análise documental que possibilitou sistematizar a avaliação do documento a partir das dimensões propostas por Cellard (2010). O documento apresenta seus princípios e orientações para as práticas de EAN como algo muito claro, simples e prático, idealizado, quando, na verdade, é algo complexo, denso e muitas vezes difícil de se alcançar. Foram percebidas algumas contradições, como a utilização de um discurso que se pretende transformador, fundamentado na educação libertadora freiriana, mas acaba, incoerentemente, tornando-se “bancário”, pois tem a intenção de moralizar e normatizar o sujeito regulando-o a favor do que se diz que é o certo a se fazer.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação. Nutrição. Educação. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, M. N. C. Political guidelines for Food and Nutrition Education: a critical analysis of Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional to public policy. 2016. 131 f. Dissertation (MSc in Nutrition) - Instituto de Nutrição Josué de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This study is inserted in the line of research on Nutritional Epidemiology of the Programa de Pós-graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro from Universidade Federal do Rio de Janeiro. However, its approach is developed in a different format from conventional research in epidemiological studies, since it involved complex objects in the fields of Education and Food and Nutrition. In recent years, new perspectives related to Food and Nutrition issues have been employed in Brazil. In 2003, the fight against hunger and the debate on Food and Nutrition Security were resumed on the government agenda and the participation of civil society in the formulation and implementation of federal public policy took a strategic place. The country instituted national policies through socially participatory processes such as the Food and Nutrition Policy and the Food and Nutrition Security Policy. In this scenario, the Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, which is the object of this study, was designed and launched in 2011-2012. Government agendas are interpreted from the perspective of the human and social sciences as part of a dynamic social structure that changes according to the political, economic and cultural context. This context dynamically modifies the agenda. The motivation of the research was to contribute to the evaluation of public policies for food and nutrition, perceiving them as a reflection of social and institutional relations whose intentions guide the way, the path to follow. Thus, if on the one hand those policies seek to guide the practices, on the other, they are a reflection of them and often arise in order to give answers and regulation to something that had existed freely without such standards, expressing an ideology, an ideal of "good education" or a "good eating habits" to be reached. In order to make a critical analysis of the guidelines and EAN political orientations present in the document, the concept of ideology and its link with education were used to support

the analysis and discussion. The methodological approach adopted the information retrieval and document analysis, which enabled systematic evaluation of the document from the dimensions proposed by Cellard (2010). The document presents the principles and guidelines for the EAN practices as something very clear, simple, practical and idealized, when in fact, it is complex, dense and often difficult to achieve. Some contradictions were noticed, such as using a supposedly transformative discourse, based on Freire's liberating education, but ending up incoherently, turning into something "artificial", that intends to moralize and standardize the subject regulating it to follow what would be the right thing to be done.

Keywords: Food and Nutrition Education. Food. Nutrition. Education. Public policy.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	16
INTRODUÇÃO .....	19
1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....	23
1.1 <i>Ideologia</i> : uma possível perspectiva .....	23
1.2 A educação que nos invade a vida .....	28
2. PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA E ANÁLISE DOCUMENTAL .....	32
3. ANÁLISE PRELIMINAR DO “MARCO DE EAN” .....	35
3.1 Contexto .....	35
3.2 A identidade, interesse e motivos do autor .....	45
3.3 Autenticidade e a confiabilidade do texto .....	47
3.4 Natureza do texto .....	48
3.5 Os conceitos-chave e a lógica interna do texto .....	50
3.5.1 Diretrizes: os princípios que regulam a ação .....	54
3.5.2 Orientações: os propósitos das ações de EAN.....	57
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	62
4.1 Autonomia: uma questão de escolha? .....	67
4.2 O discurso normativo e moralizador: uma estratégia de legitimação? .....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE A – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS .....	83
ANEXO.....	101

## APRESENTAÇÃO

### Aprendendo a olhar...

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — Me ajuda a olhar! (GALEANO, 2002).

Minha iniciação à pesquisa se deu no ano de 2008, ainda como graduanda em Nutrição na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Participei de projetos de extensão e atividades que abordavam questões relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional (EAN), práticas em Nutrição Social, Justiça Social, Saúde e Meio Ambiente entre outros. Nesse período, entusiasmada com a disciplina de Educação Nutricional, coordenada pela professora Vera Pinto, ingressei no grupo de investigação sobre alimentação e cultura, sob sua orientação, no Departamento de Nutrição da UFRN, que desenvolvia as atividades do projeto *‘De corpo e alma: alimentação alternativa, uma prática aglutinadora das dimensões salutares do existir?’*; foi aí que elaborei meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A Nutrição e seus [não] lugares na alimentação alternativa na adolescência”. Os resultados desse trabalho sugeriram alguns esteriótipos de nutricionistas criados pelos participantes da pesquisa: o nutricionista “medicalizador”, o “castrador” e o “aconselhador”/“educador” e indicaram também que a escolha por uma alimentação alternativa não teve motivação nutricional alguma. As discussões a cerca desse trabalho, meu cotidiano acadêmico e as minhas vivências sociais nesse período me inquietaram de tal forma que passei a questionar o meu olhar sobre a Nutrição, olhando para ela não mais como um curso superior ou uma profissão apenas, mas



buscando entendê-la como um campo de conhecimento que talvez não fosse só *nutricional*, mas também *alimentar*, antropológico, sociológico, cultural e que talvez pudessem existir outras abordagens além da biomédica tradicional, da composição nutricional dos alimentos e seus efeitos metabólicos. Enfim, articulada a outros campos de saberes e práticas. Isso aguçou mais questionamentos, dúvidas, anseios, acredito que até comuns nessa fase, sobre o curso e conseqüentemente sobre a minha prática profissional futura.

Ainda que não tenha encontrado respostas, se é que há respostas definitivas para essas questões, estas reflexões que venho fazendo foram e são motivadoras da minha *práxis* e do meu processo formativo e, de alguma forma, me direcionaram para o universo da EAN.

Após a conclusão do curso de Nutrição (2010), fui trabalhar integrando a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)<sup>1</sup> de dois municípios no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse período pude me aproximar e conhecer um pouco melhor o funcionamento, na prática, no dia a dia, dos programas e políticas de alimentação e nutrição que orientavam as práticas de EAN nesses municípios, tentando de alguma maneira fazer com que os textos políticos fossem implementados por meio das atividades e projetos desenvolvidos no âmbito local.

Agora, no curso de Mestrado Acadêmico em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada pela professora Maria Cláudia da Veiga Soares Carvalho, que tem me ajudado a olhar para essa “imensidão do mar” da Ciência no universo das Ciências Sociais e Humanas, campos do conhecimento que me sensibiliza(ra)m e que me instiga(ra)m como pesquisadora, pude olhar para essas políticas – que permearam e delinearam meu caminho em direção ao mundo da Educação Alimentar e Nutricional – de modo diferente, mais aprofundado, partindo de um outro lugar, numa outra perspectiva, num processo que me conduziu à escolha do objeto de estudo desta

---

<sup>1</sup> Os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando as ofertas de saúde na rede de serviços. Atualmente regulamentados pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, configuram-se como equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF), com as equipes de atenção básica para populações específicas (consultórios na rua, equipes ribeirinhas e fluviais) e com o Programa Academia da Saúde.

pesquisa: o documento intitulado “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas” publicado, em 2012, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho está localizado dentro da linha de pesquisa em Epidemiologia Nutricional do Programa de Pós-graduação em Nutrição do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contudo desenvolvemos sua abordagem em um formato de pesquisa diferente do convencional nos estudos epidemiológicos uma vez que trabalhamos com objetos complexos nos campos da Educação e da Alimentação e Nutrição. O desafio de variar uma metodologia científica é construir um espaço compartilhado de pesquisa, socialmente legitimado, em que podemos ser menos limitados por um modelo único de saber e mais livres para pensar outras estratégias dirigidas à compreensão da qualidade da educação.

O campo da Alimentação e Nutrição apresenta limitações e condicionamentos relacionados às questões educacionais que são transversais e, ao mesmo tempo, básicas na formação do nutricionista. A Educação é considerada uma outra disciplina que segue parâmetros e diretrizes distintos do referencial biomédico que predomina neste espaço social. Essa integração disciplinar que se almeja em alguns setores da vida acadêmica tem sido um desafio para a pesquisa interdisciplinar (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2011).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, tendo em vista ampliar o conhecimento da temática da educação, da prática educativa e do contexto dessas práticas, buscamos algumas disciplinas de outros departamentos como do Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (NECTAR) que integra a linha de pesquisa “Políticas, saberes e práticas em Alimentação, Nutrição e Saúde” do Programa de Pós-graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES) da UFRJ. Estes espaços acadêmicos integram em suas propostas de trabalho contribuições de diferentes campos de conhecimento dentre os quais se destacam Educação, Comunicação, Ciências Naturais, Saúde e Informática.

Entendendo, na perspectiva das Ciências Humanas e Sociais, as agendas governamentais como parte de uma estrutura social dinâmica que muda de acordo

com o contexto político, econômico, cultural e que este mesmo contexto, por sua vez, muda a agenda dinamicamente, tivemos como motivação contribuir com a avaliação de políticas públicas de alimentação e nutrição, percebendo-as como reflexo de relações sociais e institucionais cujas intenções orientam o caminho, a trajetória a seguir.

Assim, se por um lado, estas políticas públicas buscam orientar as práticas, por outro, são reflexo delas e muitas vezes surgem a fim de dar respostas e de normatizá-las quando as mesmas já existiam livremente sem essas normas, expressando uma ideologia, um ideal de “boa educação” ou de uma “boa alimentação” que se deseja alcançar.

A reflexão apresentada aqui compreende a uma análise crítica como exercício. Muito mais do que definir o certo ou errado, a intenção é refletir sobre a forma de atribuir estas qualidades – de uma educação alimentar “correta” ou “adequada” – às práticas a partir do olhar crítico sobre as ideologias, pois assim é possível compreender a formulação das políticas, com suas peculiaridades e sem naturalizá-las, observando as relações complexas e frágeis entre os documentos e o contexto que os produz.

O campo da Alimentação e Nutrição está muito mais robustecido hoje pelo volume de políticas, pelo teor das políticas, pelo conteúdo, e vem se apropriando de conceitos densos como Autonomia, Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), entre outros presentes nas políticas públicas.

Nos últimos anos, vem sendo empregadas novas perspectivas relacionadas às questões de Alimentação e Nutrição no Brasil. Em 2003, o combate à fome e o debate sobre SAN foram retomados na agenda governamental e a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas federais assumiu um lugar estratégico. Instituições de ensino e pesquisa, representantes de governos e de organizações da sociedade civil brasileira vêm compartilhando estratégias de ação, construção de conhecimento, formulação e a implementação de políticas, no âmbito das questões relacionadas com a alimentação e nutrição. O Brasil instituiu políticas nacionais através de processos socialmente participativos,

como por exemplo, as Políticas de Alimentação e Nutrição (PNAN) e de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BURLANDY-MATTOS, 2012).

Neste cenário, é construído e lançado em 2011-2012 o *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas*, objeto desse estudo. Doravante, passaremos a designá-lo como “Marco de EAN”.

O documento traz em seu conteúdo uma análise histórica das diferentes abordagens de EAN e, com fins de qualificar o direcionamento e dinamização da prática futura, adota como conceito:

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012, p. 23).

O contexto social revela nesta conceituação um momento particular de relações sociais e políticas na construção de políticas públicas<sup>2</sup> no Brasil. Os cidadãos, profissionais, gestores, professores e acadêmicos disputam seus espaços no campo atribuindo qualidade as suas práticas educativas, resignificando-as, reconstruindo e atualizando o cenário, apreendendo novos conceitos, dedicando-se ao tema e envolvendo-se no processo de reflexão crítica sobre a EAN no Brasil.

Diante do interesse em refletir sobre as orientações políticas de EAN na perspectiva da agenda pública brasileira organizamos nosso trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo apresentamos as perspectivas teóricas segundo uma abordagem a partir das Ciências Humanas e Sociais, recorrendo à concepção de

---

<sup>2</sup> Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN); Estratégia Fome Zero; Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde; Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS); Programa de Saúde Escolar (PSE); Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas; Guia Alimentar para população brasileira; Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN), entre outros.

ideologia e seu vínculo com a Educação para sustentar nossa análise e discussão.

No segundo capítulo nos reportamos ao percurso metodológico adotado, a pesquisa documental e análise documental, que possibilitou sistematizar a avaliação do documento “Marco de EAN”.

O terceiro capítulo compreende a primeira etapa da análise documental e está centrado especificamente na avaliação do documento, em que buscamos analisar o “Marco de EAN” a partir das dimensões propostas por Cellard (2010) com um olhar voltado para a sistematização do seu conteúdo.

No quarto capítulo discutimos e problematizamos o caráter ideológico que parece permear todo o documento, embasadas pelo conceito de ideologia, pela perspectiva de educação e pela trajetória que o campo da Alimentação e Nutrição vem percorrendo. Buscamos, ainda, evidenciar suas possibilidades, ou pontos favoráveis, que facilitam e mobilizam as ações de EAN e seus obstáculos, ou os pontos adversos, que se apresentam idealizados de tal maneira que dificultam a ação, distanciando-se da realidade e desmobilizando os agentes/atores das ações de EAN.

Sendo assim, propomo-nos, como **objetivo geral**, proceder uma análise crítica sobre as diretrizes e orientações políticas de EAN presentes no documento intitulado “Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas”. E, como **objetivos específicos**, buscamos:

- analisar e descrever a trajetória das políticas de alimentação e nutrição e as diferentes abordagens de EAN no campo da Alimentação e Nutrição da década de 1940 aos dias atuais;
- ajustar uma concepção de ideologia para dar sustentação teórica à perspectiva analítica do Marco de EAN;
- analisar as principais diretrizes do Marco de EAN e problematizar suas orientações em torno de uma ideia de *boa educação alimentar*.

## 1. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Nossa opção por uma abordagem teórico-metodológica ancorada nas Humanidades justifica-se na escolha de um objeto que compreende a Educação dentro do campo da Alimentação e Nutrição e precisa, portanto, ser contemplado em toda a sua complexidade.

Apresentaremos nesse capítulo, o referencial teórico em torno do qual sustentaremos nossa análise e discussão, recorrendo à ideologia como conceito guia. O entendimento deste conceito requer esclarecimento, pois ele aparece, muitas vezes, naturalizado e demanda autores e teorias para estabelecer o tipo de aproximação ao objeto de estudo.

### 1.1 *Ideologia*: uma possível perspectiva

O conceito de ideologia é um dos tantos conceitos complexos das Ciências Humanas e Sociais que apreende muitos significados, contradições, paradoxos e ambiguidades. O termo aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Idéologie*, que pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias. No entanto, no decorrer do tempo, o vocábulo foi adquirindo outras acepções.

Nesse trabalho, buscaremos uma aproximação inicial ao conceito introduzido por Marx no século XIX, a partir das discussões feitas por Chauí (2000; 2001), a fim de ajustá-lo como ferramenta para a análise e discussão da pesquisa inserindo-o no contexto educacional problematizado por Paulo Freire.

A noção de ideologia introduzida por Marx destaca a ilusão que temos de pensar e agir de acordo com nosso entendimento e nossa liberdade, porque desconhecemos um poder invisível que nos força a pensar como pensamos e agir como agimos. A esse poder – que é social – ele deu o nome de ideologia (MARX e ENGELS, 2009)

A ideologia, entendida como uma forma de elaboração ideal da realidade,

substitui a realidade pela ideia da realidade e resulta da prática social, da atividade social dos homens no momento em que estes representam para si mesmos esta atividade. É expressa por Chauí como

Uma das formas da práxis social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações sobre a realidade (CHAUÍ, 2001, p.8).

Essas ideias ou representações pelas quais os homens procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural, tenderão, no entanto, a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas (CHAUÍ, 2001).

Para compreendermos a ideologia, precisamos compreender, também, o fenômeno da *alienação social*, caracterizado pelo desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos produzidas pela ação humana também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas. Ou seja, o fenômeno pelo qual os homens

Criam ou produzem alguma coisa, dão independência a essa coisa como se ela existisse por si mesma e em si mesma, deixam-se governar por ela como se ela tivesse poder em si e por si mesma, não se reconhecem na obra que criaram, fazendo-a um “ser-outro”, separado dos homens, superior a eles e com poder sobre eles (CHAUÍ, 2000, p. 216)

Podemos falar, então, em três grandes formas de alienação existentes nas sociedades modernas ou capitalistas que, segundo Chauí (2000), são a causa do surgimento, da implantação e do fortalecimento da ideologia: 1) Alienação social: a sociedade é o outro, algo externo a nós, separado de nós, diferente de nós e com poder total ou nenhum poder sobre nós; 2) Alienação econômica: os produtores não se reconhecem como produtores, nem se reconhecem nos objetos produzidos por seu trabalho; 3) Alienação intelectual: as ideias se tornam separadas de seus autores, externas a eles, transcendentemente a eles.



Em outras palavras, existe um imaginário social reprodutor que desvia nossa atenção da realidade e que é usado para ocultar a verdade. Este imaginário social reproduz nossa realidade, dando a ela aspectos sedutores, mágicos, embelezados, que reforçam nosso presente como algo inquestionável e inelutável. É um imaginário de explicações feitas e acabadas, justificador do mundo tal como ele parece ser (CHAUÍ, 2000).

As relações entre os homens e deles com a natureza constituem as relações sociais como algo produzido pelos próprios homens. É, portanto, fundamentada nas relações sociais e suas representações que se pode compreender o que, como e por que os homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las, encarando-as como processos históricos (CHAUÍ, 2001).

Segundo essa autora, a ideologia, produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um aglomerado de ideias falsas, mas uma certa maneira da elaboração das ideias pela sociedade. Portanto, não trataremos, neste trabalho, de proceder julgamentos do tipo certo ou errado, positivo ou negativo. Essa análise vai depender do contexto e do posicionamento dos agentes no campo no qual este conceito está sendo discutido.

Por exemplo, a ideia de um mundo melhor ou de uma boa educação ou, ainda, de uma “boa alimentação” que se deseja alcançar pode, por um lado, motivar ações de construção de um projeto futuro de vida e, neste sentido, apresenta um caráter ativo que mobiliza o sujeito para criação, tornando-o agente de transformações (imaginação utópica). Por outro lado, a ideia de um mundo melhor muito distante de ser alcançado pode desmobilizar e alienar, no sentido de impedir uma ligação possível de ser construída entre o sujeito e um projeto futuro, tornando-o passivo e com pouca autonomia (imaginação reprodutora).

Sob este aspecto, a imaginação reprodutora se opõe à imaginação utópica.

Utopia é uma palavra grega que significa: em lugar nenhum e em tempo nenhum. Segundo Chauí (2000), a imaginação utópica cria uma outra realidade para mostrar erros, desgraças, infâmias, angústias, opressões e violências da realidade presente e para despertar, em nossa imaginação, o desejo de mudança. Assim,

enquanto o imaginário reprodutor procura abafar o desejo de transformação, o imaginário utópico procura criar este desejo em nós. Pela invenção de uma outra sociedade que não existe em lugar nenhum e em tempo nenhum, a utopia nos ajuda a conhecer a realidade presente e buscar sua transformação.

Em outras palavras, o imaginário reprodutor opera com ilusões, enquanto a imaginação criadora e a imaginação utópica operam com a invenção do novo e da mudança, graças ao conhecimento crítico do presente.

Então, quando é que este sistema de ideias e representações sobre a realidade, do qual fala Marilena Chauí, nos aproxima de uma compreensão da realidade e, de modo inclusivo, nos faz participar ativamente dessa realidade como agentes de transformação? Ou, de maneira oposta, nos afasta e nos deixa apáticos e dependentes?

Podemos observar que algumas políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil promovem esta lógica de educar para uma “boa alimentação” ou para “promover práticas alimentares adequadas e saudáveis”.

A nova edição da PNAN, publicada em 2013 pelo Ministério da Saúde (MS), apresenta como uma de suas diretrizes a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS). Uma alimentação adequada e saudável é compreendida, neste documento, como:

Uma prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2013, p. 31, grifo nosso).

E a PAAS seria “o conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização dessas práticas alimentares” (BRASIL, 2013, p. 31-32).

O Guia Alimentar para a população brasileira é uma destas estratégias e

apresenta, em sua versão mais atual, um conjunto de orientações para uma alimentação saudável. Em um dos seus capítulos – Capítulo 2: a escolha dos alimentos – enuncia recomendações para compor uma “alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada e, ao mesmo tempo, promotora de sistemas alimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2014, p. 25).

Apresentam, assim, uma disposição constante para pensar a qualidade da alimentação e/ou da EAN adequando-as ao padrão considerado saudável. Mas saudável pra quem? Adequado a que ou a quem? A concepção de saúde/saudável, expressa nas políticas, remete a uma construção idealizada de uma alimentação e de uma educação para esta alimentação que, por estar distante da realidade, mais afasta o sujeito do que o mobiliza a alcançá-la.

Pensar sobre este “mundo melhor” ou sobre este “comer melhor” que determinadas políticas perseguem, por exemplo, o Marco de EAN, é pensar em como este comer pode mudar ou não, é pensar sobre o quanto estas políticas nos mobilizam para a ação, nos incluindo como agentes ou, ao contrário, nos colocam como obedientes a um texto impraticável.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais, culturas (alimentares) diversas, que ainda sem mantém entre os países mais desiguais da América Latina (IBGE, 2015), será possível falar em uma única forma correta de comer?

Trata-se, então, de analisar o texto político – ou seja, o que a política recomenda – e problematizar suas orientações para as práticas de EAN, fundamentadas pelo conceito de ideologia, cientes de que esta atua dissimulando, ocultando, silenciando, invertendo, naturalizando a realidade.

Como estamos neste contexto que parte do campo da Alimentação e Nutrição numa perspectiva da Saúde, nossa trajetória de análise considera esta óptica, mas se irradia em vários espaços da vida (educação, cultura, sociedade...).

Neste sentido, o conceito de ideologia opera como instrumento de análise, ajudando a pensar sobre esta realidade e suas transformações, considerando-a como processo histórico, produzido nas relações sociais entre agentes diversos. Constitui-se, assim, como uma estratégia de compreensão da realidade e de suas

potencialidades de transformação, assumindo um sentido de andamento e construção de condições e de possibilidades e não de evolução para uma certa civilidade, visto que um projeto de civilidade, de um mundo melhor, faz parte da história, construída pelos agentes e pela sociedade, onde reside a criação dos projetos futuros, sonhos e utopias.

O entendimento de que (a) a ideologia é um conjunto de ideias e representações e de que (b) toda educação é *ideológica* e uma forma de intervenção no mundo, implica em considerar tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.

Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante. Neutra, 'indiferente' a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades (FREIRE, 1996, p. 38).

## 1.2 A educação que nos invade a vida

Dentre as concepções de educação e teorias educacionais possíveis, tomamos como referência para esse trabalho essa filiada aos pensamentos de Paulo Freire. A intenção aqui não é afirmar o que é educação para o autor e, sim, iluminar um caminho sobre esta educação da qual estamos falando e trabalhar com os conceitos utilizados operando-os como ferramentas para a análise e discussão do tema aqui tomado: a educação alimentar e nutricional.

A concepção de educação pensada por Paulo Freire (1999) se baseia numa "*pedagogia dos homens que estão em processo permanente de libertação*" (1987, p. 61), numa visão filosófica de um projeto futuro de transformação da sociedade pela *libertação* do homem através da *conscientização*, um dos aspectos mais marcantes de sua ideologia. Sendo, pois, nessa perspectiva, a conscientização um aprofundamento da tomada de consciência no qual o homem problematiza a

realidade, podemos considerá-la composta de dois momentos fundamentais: *conhecer* para *transformar*. Aqui, identificamos um possível vínculo ideológico no qual o contexto educacional do campo da Alimentação e Nutrição foi se delineando.

A característica principal da *educação libertadora* anunciada por Freire encontra-se em sua essência problematizadora, implicada na “ação e na reflexão dos homens sobre o mundo, para transformá-lo” (1987, p. 38), que afirma a dialogicidade e se faz dialógica. Isto é, não deve trazer certezas ou verdades acabadas e muito menos suscitar segurança, mas procurar levantar problemas e provocar conflitos transformadores (AZEVEDO, 2010).

Este conceito de educação libertadora se opõe a uma outra concepção de educação que Freire chama *educação domesticadora, bancária ou alienante*, que supõe um mestre que sabe tudo e um educando que aceita tudo e sabe pouco; tal educação, segundo Freire, é fruto de uma estrutura social dominante e opressora.

Para Freire, a tônica da concepção de educação bancária é a narração, falar da realidade como algo estático, compartimentado e bem-comportado. Nela o educador aparece como seu indiscutível agente, cuja tarefa é encher os educandos dos conteúdos, fragmentos da realidade, desconectados da totalidade de sua narração. Assim, a palavra se esvazia, torna-se oca e transforma-se em “verbosidade alienada e alienante” (1987, p. 33). Nesta concepção a educação torna-se uma prática de dominação.

Contudo, Freire afirma que não é apenas o “depósito de conteúdos” que caracteriza a educação bancária, mas a atitude de anular ou obstaculizar a capacidade de pensar criticamente do educando.

Então, a educação domesticadora ou bancária inibe a vocação “de reflexão do ser” do ser humano e uma maneira de enfrentar a “alienação do ser” é a educação libertadora. Todavia, essa concepção libertadora não poderia ser manipuladora e, num processo inverso, tornar-se domesticadora?

Neste contexto, voltamos nosso olhar para o Marco de EAN questionando sobre que concepções de educação encontramos no documento e como elas se apresentam. Seria esse o contexto educacional presente atualmente? Ou estas concepções são apenas um rótulo para qualificar as práticas de EAN? Estaríamos,

na realidade, realizando uma educação “bancária” nos termos de Paulo Freire?

Brandão (2007) discute a educação como uma “rede de trocas de saber universal”, que pode existir como um inventário amplo de relações interpessoais diretas: no núcleo familiar, nos equipamentos sociais, de saúde, na escola etc. Nesse sentido, compreenderemos a educação de maneira ampliada, uma educação que faz parte da vida, que existe em qualquer lugar e a qualquer tempo, além dos muros da escola, sob várias formas e praticada em situações muito diferentes.

Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a *educação* (BRANDÃO, 2007, p. 7, grifo nosso).

De fato, o homem como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma através de trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita; e o resultado desta transformação constitui seu mundo. Nosso dia a dia é uma *escola sem muros* na qual o currículo envolve a *vida*, assim, vamos educando-nos e sendo educados por um modo de viver conforme as relações sociais travadas no cotidiano.

É a partir dessa perspectiva de educação que buscamos olhar para a EAN e pensar sobre ela. Fundamentada na *reflexão da realidade*, como um dos pontos de partida para entender que o *contexto social* com seus agentes, seus interesses e suas disputas em jogo, *orienta a prática educativa*, uma vez que cada homem está situado num espaço e tempo, vive numa época precisa, num lugar preciso, num contexto social e cultural precisos. “*O homem é um ser de raízes espaço-temporais*” (FREIRE, 1979, p.19).

Nesta perspectiva, a educação ocupa a vida, confunde-se com ela e impregna-se dela, “*existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo*” (FREIRE, 1987, p. 44). Paulo Freire percebe a educação como a própria vida vivida em sua plenitude, com consciência “crítico-planetária” e situada no tempo e na

história, e não apenas um agregado de procedimentos e técnicas que 'preparam' para uma vida produtiva.

Então, problematizar a EAN é estar diante dos desafios da ação educativa na vida. Sendo assim, o processo de análise nesta pesquisa pressupõe trocas simbólicas, à medida que é feito de acordo com o que a cultura, o contexto local, considera como um bem ou qualidade.

## 2. PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA E ANÁLISE DOCUMENTAL

O interesse em analisar as orientações e diretrizes políticas de EAN na perspectiva da agenda pública brasileira nos levou à procura por um tipo de pesquisa que possibilitasse sistematizar a avaliação de documentos.

Minayo (2008) discute o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais e imprime um enfoque plural para a questão: *“a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”* (MINAYO, 2008, p. 22). Este fundamento se aplica às pesquisas de um modo geral e no campo da utilização de documentos não é diferente. Portanto, a pesquisa documental pode ser um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos: histórico, institucional, associativo, oficial, escritos e não escritos, como filmes, fotos, pôsteres etc. (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

A pesquisa documental pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. No cerne da discussão aqui apresentada, adotou-se a pesquisa documental com uma abordagem qualitativa, enfatizando não a quantificação ou descrição dos dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um olhar cuidadoso e crítico das fontes documentais (SILVA et al, 2009). No caso desse trabalho, a fonte documental analisada foi o “Marco de EAN”.

Maria Marly Oliveira faz uma importante distinção entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como, livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. É um tipo de *“estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica”* (2007, p. 69). Sobre a pesquisa documental, ela *“caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias (...)”* (2007, p. 69). No entanto, cada pesquisa enfoca



diferentes níveis de aprofundamento conforme os objetivos do estudo.

Posto isto, tomamos como referencial metodológico aquele proposto por Cellard (2010) que visa a avaliar criticamente a documentação que se pretende analisar em cinco dimensões. A esta primeira etapa, o autor dá o nome de *análise preliminar* que se aplica:

- a) ao contexto em que foi produzido, “*a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento*” (2010, p. 299);
- b) a identidade, interesse e motivos do autor – se fala em nome próprio ou de algum grupo ou instituição;
- c) a autenticidade e a confiabilidade do texto;
- d) a natureza do texto, observando em que campo de conhecimento ele foi construído e, por fim;
- e) aos conceitos-chave e a lógica interna do texto, buscando compreender os sentidos dos termos e conceitos empregados e observar se utiliza algum “jargão” profissional, regionalismo, gíria e também o esquema de argumentação construído.

Corsetti (2006) analisa a utilização de documentos na área da História da Educação e critica o fato de que por muito tempo seu uso relacionava-se à construção do que se denomina de História Oficial. Atualmente, a ideia não é “fetichizar” os documentos, acreditando que eles possam “falar” todas as verdades, mas “problematizar” estas fontes, questioná-las para confirmar, invalidar, enriquecer as hipóteses e não se fechar num esquema indutivo (CELLARD, 2010, p.303).

É esse encadeamento de ligações entre a problemática do pesquisador e as diversas observações extraídas de sua documentação, o que lhe possibilita formular explicações plausíveis, produzir uma interpretação coerente, e realizar uma reconstrução de um aspecto qualquer de uma dada sociedade (CELLARD, 2010, p. 304).

Trata-se de um exercício de desconstrução – recortar, organizar, identificar

elementos, descrever relações – e reconstrução a partir de inúmeras leituras e releituras.

### 3. ANÁLISE PRELIMINAR DO “MARCO DE EAN”

Este capítulo consiste na primeira etapa de toda a análise documental e está centrado especificamente na avaliação do documento. Aqui, buscamos analisar o “Marco de EAN”, a partir das dimensões propostas por Cellard (2010) com um olhar voltado para a sistematização do seu conteúdo, o que auxiliou na análise propriamente dita e discussão dessa dissertação.

Os resultados da análise aqui apresentada, em associação com a perspectiva teórica expressa anteriormente, forneceram sustentação para uma visão crítica e construtiva de uma demanda na área de educação alimentar pela relevância dessa temática no campo da alimentação e nutrição.

#### 3.1 Contexto

A compreensão da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil requer, conforme evidencia Prado (1993, p.23), “*entender a conjuntura econômica, política e social do país, no momento histórico em que foram implantadas*”.

Sendo assim, consideramos que o caráter de uma prática de EAN pode, também, ser determinado, dentre outros elementos, pela sua conjuntura política, social, econômica etc. Em vista disso, examinamos o contexto de elaboração deste documento.

Partindo do pressuposto que o contexto é fundamental para a prática educativa, pois é ele quem a orienta, e com a finalidade de (a) aproximação do universo da EAN e, conseqüentemente, do universo do objeto da pesquisa, o Marco de EAN, (b) realizar um levantamento do que vem sendo pesquisado e publicado, atualizando o cenário da EAN no campo da Alimentação e Nutrição e de (c) situar o trabalho na área, contextualizando-o, além de ampliar e ramificar a análise interpretativa, colaborando para a coerência nas argumentações e discussão da pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura. No entanto, não limitamos essa revisão a um capítulo específico, uma vez que a análise do contexto de EAN,

acompanhada das trajetórias das políticas públicas ao longo deste período, constituem o cerne deste trabalho e atravessam toda a pesquisa, estando portanto contemplada em todos os capítulos desta dissertação.

Para essa revisão de literatura, realizada no período de junho a agosto de 2014, buscamos publicações nacionais na biblioteca eletrônica de periódicos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO)<sup>3</sup>, utilizando como critérios de inclusão: publicação no período de 1980 a 2014, idioma português e as expressões “Educação Alimentar”, “Educação Nutricional” e “Educação Alimentar e Nutricional” (Tabela 1).

Optamos por utilizar as três expressões, pois observamos que elas têm sido usadas como sinônimos, sem considerar a peculiaridade e o propósito ou a intenção por trás de cada um destes termos. De fato, este levantamento mostra que aparecem poucas demarcações entre estes conceitos (Educação Alimentar, Educação Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional) e poucos investimentos na apresentação de seus significados. Esta situação foi percebida, igualmente, por Santos ao analisar as publicações oficiais e documentos recentes do governo brasileiro, ressaltando essas “*múltiplas denominações que os documentos utilizam, não esclarecendo os motivos das mudanças*” (2005, p. 690).

Dos 90 artigos selecionados foram observados, posteriormente, aqueles não considerados como pesquisa qualitativa com indicação, em seu resumo, de análise estatística isolada, epidemiológica simples ou utilização somente de variáveis quantificadas e, portanto, ficaram de fora da revisão.

Após essa seleção restaram 75 artigos, desses, percebeu-se uma concentração no número de publicações no período de 2006 a 2014 – até o momento em que foi realizada a revisão – quando, também, a expressão Educação Alimentar e Nutricional passou a ser utilizada. Entre os anos de 2006 e 2014 ela aparece em 52 dos 67 artigos registrados neste período em que apenas três artigos utilizaram Educação Alimentar e 12 utilizaram Educação Nutricional.

---

<sup>3</sup> A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange coleção selecionada de periódicos científicos de diversos países e pode ser acessada através do endereço <http://www.scielo.org>.

Tabela 1. Distribuição de artigos publicados por palavra-chave e ano de publicação.

	EDUCAÇÃO NUTRICIONAL	EDUCAÇÃO ALIMENTAR	EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
1974	2	0	0
1980	0	1	0
1987	1	0	0
1997	2	1	0
1998	1	1	0
1999	3	0	0
2000	1	0	0
2003	4	0	0
2004	2	0	0
2005	4	0	0
2006	4	1	1
2007	0	0	5
2008	1	0	9
2009	2	0	3
2010	1	0	5
2011	3	0	4
2012	0	0	11
2013	1	0	11
2014	0	2	3
TOTAL	32	6	52

Quanto aos objetivos apresentados nos artigos, parte destinava-se a avaliar ações/expressões de intervenção e avaliação de programas, materiais didáticos, comportamento alimentar, hábitos alimentares e adesão a dietas. Outros traziam reflexões teóricas e históricas do universo da EAN e formação e atuação profissional. Com largo predomínio do primeiro.

Sendo assim, com o propósito de operacionalizar a análise e discussão da pesquisa, realizamos uma divisão dessas publicações nos dois blocos citados

anteriormente:

Bloco 1: Intervenção e avaliação, contendo 43 artigos;

Bloco 2: Reflexões teóricas e históricas, com 32 artigos.

Examinando essas publicações percebemos que a EAN tem sido nos últimos anos objeto de estudo com enfoques bem diferenciados. Os temas de que tratam os artigos são diversos e compreendem desde avaliações da efetividade da ação educativa por escalas numéricas até os de natureza mais reflexiva.

Para reflexão proposta por esta dissertação, os últimos foram destacados a fim de retomar contribuições críticas para a discussão do tema, além de atualizar e contextualizar o cenário da EAN no campo da Alimentação e Nutrição, delineado a seguir.

A desnutrição como problema social e de saúde pública acentuou-se nas décadas de 1930 e 1940 quando evidenciou-se a perspectiva da abordagem científica para a fome, a criação da prática profissional em nutrição e a instituição de uma “política social” de Alimentação e Nutrição, a partir da instauração da “ração essencial mínima” (Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938) e do salário-mínimo (Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940); da criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940) e da Comissão Nacional de Alimentação (CNA) (Decreto-Lei nº 7.328, de 17 de fevereiro de 1945); da instituição da Campanha Nacional de Merenda Escolar (Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955), embrião do atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras intervenções estatais (VASCONCELOS, BATISTA FILHO, 2011). Pesquisas e publicações sobre alimentação e nutrição também foram desencadeadas com a finalidade de definir um campo de conhecimento teórico e conceitual (VASCONCELOS, 1994; CASEMIRO, 2013).

Na década de 1950, foi elaborado o plano de Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição no Brasil que dentre outras atividades, tratava da Campanha de Merenda Escolar, único esforço que prosperou durante este período (SILVA, 1995). E, em 1954, o Brasil encaminhou ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) um pedido de financiamento para o Programa Nacional de

Merenda Escolar<sup>4</sup>, recém-oficializado (COUTINHO, 1988; CASEMIRO, 2013).

Durante a década de 1960, as ações destinavam-se ao aumento da produção de alimentos e a redução do crescimento populacional. No Brasil, as ações propostas neste período sugerem respostas para a fome com ênfase no alimento enquanto um produto, uma ração essencial (VALENTE, 1989; CASEMIRO, 2013)

A década de 1970 marcou o início dos inquéritos de base nacional, permitindo o acompanhamento da evolução nutricional da população e o predomínio da abordagem caracterizada pela identificação de grupos e fatores de risco. As estratégias de suplementação alimentar passaram a ser a tônica dos discursos e ações governamentais. (VASCONCELOS, 2001).

A luta contra a fome e a desnutrição ganhou força no início da década de 1980, em meio à reorganização do sindicalismo, do movimento sanitarista e da sociedade civil no Brasil, no bojo dos movimentos pela democratização do país após a ditadura militar (CASEMIRO, 2013).

Em 1991, o Instituto Cidadania elaborou uma proposta de ação com os seguintes eixos: políticas de incentivo à produção agroalimentar (reforma agrária, política agrícola e política agroindustrial); política de comercialização agrícola (preços mínimos, estoque reguladores e gestão de entrepostos); distribuição e consumo de alimentos por meio de descentralização do setor varejista, controle de preços e margens, ampliação dos programas de distribuição de alimentos básicos; ações emergenciais de combate à fome. Este documento era o Projeto Fome Zero, que referia-se a uma Política de Segurança Alimentar para o Brasil (INSTITUTO CIDADANIA, 2001). A proposta foi apresentada ao Governo Collor, porém não encontrou eco.

Em 1992, com o *impeachment* do presidente Collor e consequente início do Governo Itamar Franco, a proposta foi reapresentada em fevereiro de 1993 e, em maio do mesmo ano, a partir da mobilização de movimentos sociais e populares, foi

---

<sup>4</sup> Programa Alimentos pela Paz (UNICEF) foi concedido a países pobres e tratava-se do fornecimento de alimentos proveniente de ajuda internacional. As indústrias de formulados eram consideradas como de segurança nacional, porque seus produtos eram fornecidos as Forças Armadas, assim para garantir seu mercado passam a fornecer tais produtos para a merenda escolar (COUTINHO, 1988 apud CASEMIRO, 2013).

criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), integrado por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, em sua maioria indicados pelo Movimento pela Ética na Política. Neste momento, o CONSEA começou a coordenar a elaboração e implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria (CASEMIRO, 2013). Em 1994, foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar convocada pela Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e pelo CONSEA e reuniu mais de dois mil delegados de todo país, com grande participação da sociedade civil (VALENTE, 2002). Esse foi um período no qual os debates sobre alimentação no âmbito das políticas públicas no Brasil foram fortemente pautados pela perspectiva da SAN (ABRANDH, 2010; CONTI, 2009).

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, o CONSEA foi extinto e o debate da SAN ficou restrito aos espaços da sociedade civil.

Em meados dos anos 2000, no contexto das políticas públicas, a EAN volta a ser alvo de debates na busca de concebê-la como uma ação governamental.

Em 2003, um novo ciclo foi inaugurado na política brasileira, quando Lula toma posse na presidência da república pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Com o governo federal apresentando uma agenda programática de elevada ênfase social, o Fome Zero é apresentado como Programa e cria-se o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA). Ainda durante o primeiro mandato de Lula, o Fome Zero passa a ser apresentado como Estratégia e as ações do MESA foram incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS).

Santos (2005) identifica que a proposta da EAN no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ) alia-se aos pressupostos defendidos na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), aborda a importância da educação alimentar como ação de prevenção tanto da desnutrição como da obesidade e reforça o papel do Estado frente a questão educacional e do desenvolvimento de campanhas. Destaca, ainda, que o Programa Bolsa Família (PBF) também prevê atividades educativas de alimentação e nutrição, no entanto, ressalta que não estavam claras as concepções e formatos destas ações demandando outros estudos.

Uma crescente importância foi dada à EAN nos documentos que elaboram as



políticas públicas<sup>5</sup> no campo da Alimentação e Nutrição, fato também observado por Santos (2005). No âmbito do MDS, Oliveira e Oliveira (2008) destacam a EAN enquanto ação governamental, prevista como uma ação *estruturante* na Estratégia Fome Zero, desempenhando uma função estratégica para a promoção da SAN em todas as suas dimensões. A partir de 2006, as ações de EAN do MDS ficaram sob responsabilidade da Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional (CGEAN)<sup>6</sup>, vinculada ao Departamento de Apoio a Projetos Especiais na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) (SANTOS, 2012).

Oliveira e Oliveira (2008) evidenciam, ainda, os diversos projetos educativos desenvolvidos e apoiados pela CGEAN, dentre eles os projetos “Educação a Mesa”, “Criança Saudável”, “Educação Dez”, “Cozinha Brasil”, “Alimentação Inteligente” e “Eu aprendi”.

Em 2007, foi criada a Câmara Interministerial para Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por 19 Ministérios, atuando sob a coordenação do MDS. A Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN) foi instituída nos últimos dias de mandato do Presidente Lula pelo Decreto n º7.272/2010 e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), publicado em 2011.

No que se refere à abordagem teórico-metodológica, identificamos nessas políticas um discurso em torno de uma EAN *transformadora* e *dialógica*, assumindo uma perspectiva *problematizadora*, com o objetivo de ultrapassar a visão puramente instrumental e instrucional da educação.

Estas políticas assumem em sua essência o compromisso com a promoção da autonomia dos indivíduos, baseada na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, respeitando as culturas, valorizando a história e a diversidade regional, ao mesmo tempo em que reconhecem os saberes populares e fomentam a

---

<sup>5</sup> Política Nacional de Alimentação e Nutrição; Sistema Nacional de Segurança Alimentar; Estratégia Fome Zero; Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde; Política Nacional de Promoção da Saúde e o Programa de Saúde Escolar.

<sup>6</sup> A CGEAN visa promover a educação alimentar e nutricional visando à alimentação adequada e saudável no sentido de prazer cotidiano, de modo a estimular a autonomia do indivíduo e a mobilização social, valorizar e respeitar as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos sociais e etnias na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

biodiversidade local, incumbindo-se, ainda, de um compromisso com a sustentabilidade ambiental (OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2008).

Na esfera do Ministério da Saúde (MS), a Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN), alocada no Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde, tem também ampliado as discussões em torno do tema. No cerne da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e da Política Nacional e da Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, a CGPAN prioriza as ações de Promoção da Alimentação Saudável fundamentadas ou articuladas com outras ações e políticas tais como a Estratégia Fome Zero e a Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, a Atenção Básica e a Estratégia da Saúde da Família.

Além disso, a CGPAN dispõe de um conjunto de publicações, dentre manuais técnicos e educativos, dando destaque a um bloco específico sobre o tema da alimentação saudável. Dentre eles se destaca o Guia Alimentar para a População Brasileira, considerado o primeiro documento oficial que define as diretrizes alimentares para orientar escolhas mais saudáveis de alimentos pela população brasileira a partir de dois anos de idade.

No âmbito do Ministério da Educação (MEC), a escola tem sido um dos espaços mais focados pelas políticas públicas de alimentação e nutrição com a promoção da alimentação saudável, reconhecida como o *locus* prioritário de formação de hábitos e escolhas. Um exemplo disso é a publicação da Portaria Interministerial no 1.010, de 8 de maio de 2006 destinada para tal fim, que institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, em que as ações de EAN são um dos eixos prioritários.

Examinando o contexto atual das práticas da alimentação e nutrição, podemos afirmar, em concordância com Santos (2005), que a EAN mais uma vez está sendo reflexo da conjuntura política. É este universo em processo de transformação, que demanda outras necessidades e direitos básicos como saúde, habitação, educação etc. que buscamos compreender nesta pesquisa.

Segundo Höfling (2001) as políticas públicas referem-se às ações que o Estado desenvolve através de programas e projetos de governo destinados a setores da sociedade, assumindo desta forma a responsabilidade de envolver órgãos públicos e organismos da sociedade na implementação destas políticas.

As políticas sociais, circunscritas nas ações de proteção social, implementadas pelo Estado, com a função de redistribuir benefícios sociais e diminuir desigualdades estruturais, têm, segundo Faleiros (2007) fundamental importância e funções reconhecidas no Estado capitalista: ao mesmo tempo que são resultados da luta de classe, contribuem para reprodução das classes sociais. Esta contradição é dissimulada por ideologias humanistas, progressistas e liberais, que apresentam estas medidas como instrumentos de igualdade social, de melhoramento de bem-estar, de igualdade de oportunidades.

Assim, o exercício da análise crítica levou em conta este contexto de contradições e desafios no qual vêm sendo (re)construídas as políticas sociais brasileiras.

Historicamente, a relação entre a SAN e o DHAA começou a se desenhar a partir do entendimento do que seria a constituição dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), na qual a principal preocupação era enfatizar a noção de que os seres humanos, enquanto indivíduos pertencentes a uma sociedade, tinham direitos e que estes direitos deveriam ser reconhecidos e expressos nas diversas dimensões das quais faziam parte. (ALBUQUERQUE, 2009).

À luz desta perspectiva, o DHAA foi reconhecido em 1966, a partir do Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando 146 países reafirmaram e ratificaram seu reconhecimento. Entretanto, foi em 1996 durante a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) em Roma, que chefes de estado e governos asseguraram “o direito fundamental de estar livre da fome” (VALENTE, 2002).

Se a SAN não é um tema novo na agenda política, é a partir de 2003 que assume grande relevância no Brasil, tendo em vista o considerável período em que esteve ausente do escopo de intervenção federal no campo social. Sob o governo

de Luiz Inácio Lula da Silva, a política de combate à fome e de promoção da segurança alimentar é elevada à condição de prioridade na área social. Esta prioridade materializa-se na criação de um órgão federal específico para implementar a PNAN, o MESA, diretamente ligado à Presidência da República, e na reativação do CONSEA.

Além disso, as áreas de Assistência Social e Combate à Fome ficaram, a partir de 2004, sob a responsabilidade de um mesmo órgão, o MDS. O novo ministério passou a responder pelas políticas de segurança alimentar e de transferência de renda, bem como pela política nacional de assistência social, além da política nacional de desenvolvimento social.

O momento atual é considerado pelo governo como relevante para as políticas públicas de Alimentação e Nutrição no Brasil. O PLANSAN propõe metas explícitas para ações de EAN e previu a publicação de um Marco Conceitual de EAN para as políticas públicas. Por meio de uma vertente politizada do campo foi possível formalizá-lo, reconhecendo a importância da EAN como estratégica para a promoção da alimentação saudável.

Neste contexto é construído e lançado em 2011-2012 o “Marco de EAN”. O documento é produto do PLANSAN, que estabeleceu como uma de suas metas prioritárias: *elaborar e publicar o Marco Conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas, com ampla participação da sociedade, respeitando as práticas alimentares dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, bem como de outros segmentos e grupos vulneráveis.*

O “Marco de EAN” é considerado por Santos (2013) um documento que orienta conceitos, princípios e diretrizes que visam a contribuir para a construção de práticas referenciadas a serem traduzidas em eixos, ações e programas de EAN mais qualificados. Outro aspecto do “Marco de EAN” que consideramos relevante e que foi abordado pela autora foi o seu processo de construção, que envolveu diferentes setores da sociedade brasileira e exemplifica a tentativa de ser fiel a um dos elementos que compõe seus princípios, a participação ativa e informada dos sujeitos.

Marca-se ainda a busca da intersectorialidade e da integralidade entre as

instâncias governamentais em torno das ações propostas como também as parcerias com outras organizações privadas e não governamentais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, consideramos que a EAN está direcionada nos documentos para uma perspectiva da educação popular cunhada no pensamento de Paulo Freire, com ênfase na dialogicidade e na autonomia do sujeito.

O Marco de EAN foi gestado dentro do MDS e está inserido nesse contexto, marcado por políticas públicas fundamentadas pela ideia do direito, da adequação, da SAN e do DHAA que pode ser identificado em vários trechos de seu documento: “Atualmente a EAN se insere no âmbito das políticas públicas no *contexto da promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)*” (BRASIL, 2012, p. 6); “A EAN é um campo de ação da *Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde*” (BRASIL, 2012, p.13);

O próprio conceito de EAN, bem como os princípios estruturantes para as ações de EAN, expressos no documento apresentam-na como um campo de conhecimento inserido “*no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional*” (BRASIL, 2012, p. 23). Assim, a SAN e o DHAA incorporam-se a EAN que aparece como uma EAN renovada.

O documento tem em si a expectativa de qualificar a agenda de alimentação e nutrição e uma das formas de conseguir isso, segundo o “Marco de EAN”, é com a institucionalização das ações de EAN nas políticas públicas. Diante do destaque e do acúmulo que possui, a EAN é considerada nos textos políticos como uma ação estratégica para a promoção e para a garantia da saúde, da SAN e para a realização do DHAA.

Sendo assim, torna-se claro a tendência a adequação a um modelo (O Marco de EAN) como meta dessa programação de SAN, o que vai ao encontro do investimento que esses governos fizeram com Programas como Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

### 3.2 A identidade, interesse e motivos do autor

O Marco de EAN é um documento governamental que expressa variadas propostas, pensamentos, manifesta ideias, de determinados segmentos da sociedade brasileira: profissionais, instituições acadêmicas, organizações e grupos políticos, etc.

A descrição da trajetória histórica de sua construção partiu da primeira etapa de sua formulação: a criação de um grupo de trabalho composto por representantes de diversos setores: MDS – SESAN, Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares (DEISP), CGEAN; MS – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN), MEC – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN); CONSEA e o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN); Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN).

Compreendendo que existem diferentes pensamentos em disputa neste cenário, problematizamos, nesta perspectiva, a construção do “Marco de EAN” nos questionando sobre quais tensões e conflitos ocorreram nesse processo.

Por exemplo, a concepção de “saudável” e a atribuição da qualidade “adequada” à alimentação são utilizados no documento sem qualquer problematização. Contudo, a definição do que é considerada uma *alimentação saudável* passa por argumentos culturais e nutricionais que nem sempre convergem quanto a compreensão do que é ou não bom para a saúde.

Saudável para quem? Em que contexto? Adequado a quê? Por quê? Que interesses estão por trás do ocultamento ou da naturalização destas questões?

Concebemos também este cenário como um espaço consensuado, no qual existe uma espécie de acordo entre os interesses de cada setor, por exemplo: o MS estabelece seu padrão de saúde, de alimentação, de um comer correto, mais “saudável”, que, por sua vez, é apoiado e respaldado pelo MDS, e esse adequa este padrão alimentar correto, saudável, nutritivo, para o contexto da SAN e do DHAA.

Dessa forma, os interesses e motivos apresentados no documento são

múltiplos em razão dos diferentes grupos sociais que representam e, embora sejam convergentes, é, igualmente, um contexto político e social de conflitos, disputas e acordos, no qual se estabelecem os resultados e os rumos das políticas públicas.

### **3.3 Autenticidade e a confiabilidade do texto**

O Marco de EAN não corresponde a um documento raro ou antigo, guardado em local de difícil acesso, ao contrário, é um texto oficial atual, político, de conhecimento público, largamente divulgado por veículos socialmente reconhecidos como adequados para tal (órgãos governamentais, programas políticos, publicações científicas etc.), bastante utilizado no campo da Alimentação e Nutrição, muito citado no universo acadêmico e político e que tem “eco” nas práticas de EAN estando bem legitimado no campo.

O documento apresenta uma versão impressa que foi distribuída por órgãos governamentais, instituições de ensino superior e pesquisa em todo o país. Além disso, foi simultaneamente disponibilizado na *internet* por meio de páginas eletrônicas do governo.

Em conjunto a isso, a proposta de construção do documento foi coletiva e partiu da realização de quatro atividades: (a) o encontro “Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, realizado em Brasília/DF, em outubro de 2011, do qual participaram 160 pessoas dentre docentes de cursos de nutrição de universidades públicas e privadas, gestores e profissionais que atuam em políticas públicas relacionadas ao tema de EAN na área da Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional em todo o país; (b) a “Atividade integradora sobre Educação Alimentar e Nutricional”, realizada durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorreu na cidade de Salvador/BA, em novembro de 2011 e contou com 27 participantes; (c) a “Oficina de Educação Alimentar e Nutricional nas políticas públicas” realizada no Congresso World Nutrition Rio 2012, em abril de 2012, que contou com 59 participantes; (d) a consulta pública realizada entre 4 de junho a 7 de julho de 2012 que teve participação de 979 pessoas, sendo que 111 enviaram 347 sugestões.

Ademais, o uso generalizado do documento que vem sendo mencionado em outros documentos oficiais atestam a confiabilidade do texto em análise.

### 3.4 Natureza do texto

Buscamos, nesse tópico, identificar a natureza do “Marco de EAN” e em qual campo de conhecimento o documento foi produzido, partindo da análise de como caminhou a EAN durante um determinado período, no campo da Alimentação e Nutrição, discutindo seu lugar ocupado nesse campo, salientando alguns marcos da trajetória das políticas de alimentação e nutrição e como seus princípios têm aparecido, se consolidado e sido legitimados.

O conceito de *campo*, atribuído ao espaço da ciência, encontra uma definição estratégica em Bourdieu (1983), segundo este autor, *campo científico* corresponde a um sistema de relações em que agentes conquistam posições em um espaço de lutas, no qual se articulam variados tipos de homologia, como dominante e dominado, maior e menor influência, conservador e vanguarda, guiados por interesses em disputas mais concorrenciais do que complementares. A luta no campo científico envolve o monopólio da autoridade e competência científica, considerado uma forma de capital, o científico, que são socialmente outorgadas. As regras que determinam as pesquisas científicas são as de um jogo que se constitui processualmente na constituição do campo (KLOTZ-SILVA et al, 2010).

No Brasil, o campo da Alimentação e Nutrição e o campo dos Alimentos encontram-se bem estabelecidos, mas é importante demarcarmos conceitualmente estes dois campos para situarmos melhor em que campo o “Marco de EAN” foi produzido.

O campo dos *Alimentos* encontra seu alicerce nos aspectos químicos, sanitários, políticos e econômicos do alimento, o conceito de alimento é basicamente entendido “como mero veículo de substâncias químicas ou, mais especificamente, de moléculas complexas” (PRADO et al., 2009, p. 3). O alimento e o comer surgem nitidamente com características de satisfação das necessidades fisiológicas dos



corpos humanos, como o seriam para qualquer representante de outra espécie vivente.

Segundo Carvalho, Luz e Prado (2009), o campo da *Nutrição* atribui um sentido ao comer, que se torna racionalizado e biologicista característico da concepção biomédica da saúde. Neste universo, o alimento aparece abstraído em nutrientes e a *Nutrição* é vista essencialmente como a Ciência dos Nutrientes. A dieta é encarada de acordo com a sua função principal: de medicamento, necessário à prevenção e cura de doenças e à manutenção da saúde reduzida à sua dimensão biológica.

Já o conceito da *Alimentação* encontra-se representado pelos inúmeros sentidos e significados, ritos e símbolos, saberes e práticas na criação histórico-cultural das sociedades, no decorrer dos tempos (CARVALHO; LUZ; PRADO, 2009; PRADO et al., 2009). A *comida* – alimento simbolizado –, o alimentar-se a si mesmo e ao outro ganham espaço na ordem do social, do cultural, do político, do filosófico e do psíquico. A *Alimentação* corresponde às relações humanas mediadas pela *comida* e a *Nutrição*, ao seu desfecho biológico.

Recentemente, as institucionalizadas áreas da *Nutrição* e da Saúde Coletiva, vêm-se dedicando a compreender a *alimentação* como fenômeno humano, resultando num crescente intercâmbio entre os campos biomédicos e humanísticos. Assim, observa-se um certo florescer das abordagens humanísticas neste espaço social, como se pode inferir a partir da terminologia que vem sendo mais recentemente adotada para designar o campo: *Alimentação e Nutrição*.

Na medida em que a *Alimentação e Nutrição* se consolida como *campo científico* e profissional, no Brasil, conduz também o desenvolvimento da EAN como prática significativa deste *campo*.

O “Marco de EAN” é um documento de natureza política e foi construído num campo de conhecimento que está inserido na interface entre o *campo* da *Alimentação e Nutrição* e o universo da Educação, no qual se localiza a EAN.

Entendemos, todavia, que as concepções de EAN estiveram e estão sob influência de um ciclo de políticas públicas e que essas políticas, expressas em documentos, orientam um caminho a ser seguido.

O Brasil de hoje é, sem dúvida, muito diferente do Brasil da década de 30 e 40, afinal, o cenário político, econômico, social, cultural, é outro, e a EAN e as políticas públicas que estão articuladas a esse contexto vão se modificando ao longo da história. Contudo, questionamo-nos sobre o que de fato mudou na EAN que se desenvolvia nas décadas de 30 e 40 para a EAN de hoje? Nessa perspectiva, observamos a ressignificação de ideias, práticas e princípios que foram sendo atualizados ao contexto vigente.

### **3.5 Os conceitos-chave e a lógica interna do texto**

Com o intuito de examinar a lógica interna do “Marco de EAN” e delimitar adequadamente seus conceitos, o sentido dos termos empregados no documento e seu esquema argumentativo, seguimos com a análise do campo da Alimentação e Nutrição, agora sob uma perspectiva cultural partindo da investigação de um campo em transformação que integra algumas abordagens e orientações pelo olhar das Ciências Humanas e Sociais.

Os estudos de escopo alimentar e cultural passam a prosperar nos anos 1970 e 1980, em ambiente de fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação brasileiras e num cenário nacional de fortes adversidades políticas e intensas reflexões críticas acerca do presente e do futuro do país. Ainda que em condição minoritária, as Ciências Sociais e Humanas, pelas mãos da Saúde Coletiva, principalmente, vão ganhando espaços no interior da Nutrição, em esforços de valorização do *sujeito* em relação à *coisa* e os grupos e linhas de pesquisa vão demonstrando interesses no aumento de produção científica nessa interface, o que representou um investimento na interdisciplinaridade (KLOTZ-SILVA et al, 2010).

A pesquisa sobre Alimentação, excluídas aquelas dirigidas ao desfecho de cunho nutricional da ordem do biológico, tem suas bases na Antropologia, em suas etnografias extensas ou mesmo em abordagens folcloristas que cobriam, entre outros, aspectos relativos à comida no Brasil. O debate acerca da constituição da Alimentação e Cultura como um campo científico específico, apresenta, de um lado, alguns limitantes típicos da abordagem biomédica, por outro, tem incorporado no

*habitus* de seu agente principal, o pesquisador das Ciências da Saúde, a busca por reflexões, potencialidades e recursos metodológicos oriundos das Ciências Sociais e Humanas. Mais recentemente, as áreas da Nutrição e da Saúde Coletiva, vêm-se dedicando a compreender a *alimentação* como fenômeno humano, resultando num crescente intercâmbio entre os campos Biomédicos e Humanísticos (KLOTZ-SILVA et al, 2010).

Todavia, para Santos (2012), algumas abordagens das práticas de atenção nutricional ainda são marcadas por uma fragmentação entre os conhecimentos de cunho biomédico e das ciências humanas. Esta fragmentação, quando ocorre, fragiliza a prática de EAN que apresenta como resultado aqueles mesmos das décadas de 1940 e 1960, a adequação do sujeito a um determinado padrão de alimentação tido como o correto ou o ideal, denominado atualmente como o saudável.

Portanto, este lugar de encontro entre distintos saberes marcados pela visão hegemônica biomédica demanda um domínio mais sólido de conceitos e métodos capazes de enfrentar a complexidade da realidade e dos problemas além das bancadas dos laboratórios, na vida em sociedade (KLOTZ-SILVA et al, 2010).

Demarcar os sentidos de um texto ou de documento e sua lógica interna implica em refletir acerca da organização e instituição de conceitos e metodologias que o caracteriza.

Alimento, nutrição, nutrientes, dieta, alimentação, comida etc. são expressões que circulam em distintos discursos, seja como sinônimos, ou marcadas por algumas especificidades que as afastam, em um jogo permanente entre senso comum e conceitos científicos.

Este tratamento, que não opera demarcações precisas distinguindo palavras de conceitos, longe de ser observado apenas no discurso leigo ou popular, também está presente no espaço acadêmico e político indicando a necessidade de investimentos no debate epistemológico (PRADO et al, 2011).

Para tanto, é importante registrar as especificidades teórico-metodológicas que identificam a constituição do campo de produção de conhecimentos e saberes em questão: *Alimentação e Nutrição*.

O campo da Alimentação e Nutrição teve sua emergência no Brasil no final da década de 1930, no decorrer do primeiro Governo Vargas. Associado à disciplina “Higiene Alimentar”, uma área de estudo das faculdades de medicina constituída em meados do século XIX, o campo da Alimentação e Nutrição conseguiu se instituir academicamente (VASCONCELOS; BATISTA FILHO, 2011).

A dieta, composta por nutrientes, constitui o centro da Nutrição como campo científico. Suas funções no corpo humano correspondem a necessidades e recomendações nutricionais, ingestão de nutrientes e avaliação nutricional.

Nutrição é a ciência que estuda os alimentos, seus nutrientes, bem como sua ação, interação e balanço em relação a saúde e doença, além dos processos pelos quais o organismo ingere, absorve, transporta, utiliza e excreta os nutrientes (FISBERG et al, 2005, p. 63)

Como campo construído no paradigma biomédico, a Nutrição se consolida quando o ato de se alimentar se torna objeto de intervenção, de modelação e de produção de uma forma específica de racionalismo voltado para a ingestão do alimento entendido como carreador de nutrientes. Nesta perspectiva mecanicista, o alimento, assim como o corpo, é fragmentado para ser observado com exatidão e representado por elementos mensuráveis e abstratos. Neste caso, a construção de sentidos envolvendo a Nutrição como saber segue, consciente ou inconscientemente, outra lógica que se distancia de algumas daquelas que identificam as Ciências Humanas Sociais e se aproxima da Biologia e da Medicina modernas (CARVALHO; LUZ; PRADO. 2011).

Se o alimento vem majoritariamente tratado cientificamente como algo cindido da Alimentação, o mesmo se passa com a pesquisa em Nutrição. Embora se apresentando com as vestes de uma formação discursiva que valoriza a cultura do indivíduo ou da população, a práxis correspondente a este falar não vai além do equivalente a duas ou três linhas que compõem textos de dezenas e dezenas de páginas de cunho biomédico (CARVALHO; LUZ; PRADO. 2011).

Os investimentos científicos no prolongamento do tempo de vida e no controle

das doenças tem resultado em forte desenvolvimento nos estudos relativos a aspectos nutricionais das doenças crônicas e degenerativas. Tendo encontrado solo fértil nesse espaço biomédico, a Nutrição galgou lugar na taxonomia científica, estando contemplada na Árvore do Conhecimento.

Entretanto, segundo Prado et al. (2011), sua institucionalização ainda é incompleta. Em 2011, foi criada a Área de Avaliação denominada “Nutrição”, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até então subordinada à Medicina. No entanto, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no interior do Comitê de Assessoramento “Saúde Coletiva e Nutrição” esta última parte ocupa lugar minoritário, denotando uma posição a ser ainda consolidada no complexo jogo travado na lida científica.

Deve-se ainda considerar que, ao mesmo tempo em que se constata a disponibilização de informações nutricionais à população, em escala ou alcance sem precedentes, as doenças consideradas passíveis de prevenção e tratamento por meio de dietas seguem crescendo em ritmo cada vez mais alarmante. Este cenário reforça, no âmbito da Nutrição, olhares que questionam sua abordagem centralmente prescritiva, investindo em debates e ações, muitas vezes em interação com outro espaço da vida acadêmica: a Saúde Coletiva, em especial, aquilo que nela converge para as Ciências Humanas e Sociais (PRADO et al, 2011)

O campo científico da Alimentação e Nutrição entendido como amplo e pluriépistêmico, traz em si a exigência do diálogo transdisciplinar e da ação intersetorial, portanto, pode ser definido como:

Espaço onde atores sociais agem no sentido da produção de conhecimentos e saberes relativos aos processos sociais, culturais e biológicos que percorrem a vida humana desde o estabelecimento do que é comestível, sua produção, distribuição, consumo, ingestão, processamento no interior do corpo humano normal ou patológico, até o desfecho nutricional (PRADO, 2010, p. 34)

A perspectiva da alimentação, diferentemente do espaço do nutrir, é concepção que se consolida ao longo da história social, política e cultural no Brasil,

envolve as Ciências Humanas, pois constitui-se de um conjunto de atividades pensadas e valoradas, que envolvem ritos e símbolos que movem a humanidade, e, assim, ganha estatuto diferencial e marca identitária exclusiva dos seres humanos (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011). Contudo é importante destacar o caráter complexo do campo da Alimentação e Nutrição que carece de nitidez quanto aos seus objetos e metodologias, bem como, de uma necessidade imperiosa de articulação entre estes dois espaços.

Seguindo com a análise do documento, conduzimos uma sistematização do seu conteúdo que foi problematizado e explorado com a intenção de apreender conceitos-chave e avaliar seus fundamentos, acompanhando a discussão da pesquisa.

Assim, separamos o documento em dois blocos. Essa seleção seguiu uma perspectiva conceitual na qual nomeamos o primeiro bloco de (I) “Diretrizes” e o segundo bloco de (II) “Orientações”.

Consideramos “Diretrizes” as linhas básicas do “Marco de EAN” que representam seu escopo e que, numa perspectiva global do texto, operou na análise como um elemento de integralização da proposta do documento. Partindo dessa compreensão, selecionamos para compor esse bloco o capítulo 6 do “Marco de EAN”, intitulado “Princípios para as ações de Educação Alimentar e Nutricional” (página 24).

Definimos “Orientações” como expressões da disposição futura do “Marco de EAN”, ou seja, onde ele quer chegar, para qual direção aponta. As orientações estão dispersas no documento, uma vez que se constroem em pontos, como uma rede de elementos que o texto retoma em vários momentos.

### 3.5.1 Diretrizes: os princípios que regulam a ação

Algumas políticas públicas apresentam, em seus documentos, os princípios que as estruturam. No nosso caso, o “Marco de EAN” localiza a EAN como política pública e abre um capítulo para falar sobre seus princípios para as ações de EAN

(capítulo 6, página 24). Elencamos as diretrizes resumidamente em nove elementos.

*Sustentabilidade.* Entendida em uma perspectiva que “Não se limita à dimensão ambiental, mas estende-se às relações humanas, sociais e econômicas estabelecidas em todas as etapas do sistema alimentar” (BRASIL, 2011, p.24).

*Integralidade.* Percebida como todas as dimensões do sistema alimentar que compreende

O processo que abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos (BRASIL, 2011, p.25).

*Diversidade.* Entendida como o respeito e a valorização das

Diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população, reconhecendo e difundindo a riqueza incomensurável dos alimentos, das preparações, das combinações e das práticas alimentares locais e regionais (BRASIL, 2011, p.25).

*Vínculo.* Quando a alimentação

Envolve diferentes aspectos que manifestam valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais. Quando a EAN aborda estas múltiplas dimensões ela se aproxima da vida real das pessoas e permite o estabelecimento de vínculos, entre o processo pedagógico e as diferentes realidades e necessidades locais e familiares (BRASIL, 2011, p. 26).

*Autonomia.* Tem como foco

Apoiar as pessoas para que se tornem agentes produtores sociais de sua saúde, ou seja, para que as pessoas se empoderem em relação à sua saúde. (...) e para que adotem, mudem e mantenham comportamentos que contribuam para a sua saúde (BRASIL, 2011, p. 27).

*Permanência e continuidade.*

A EAN precisa estar presente ao longo do curso da vida respondendo às diferentes demandas que o indivíduo apresenta, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta (BRASIL, 2011, p.27).

*Sistêmica.* As estratégias de EAN coordenadas, harmônicas e sistêmicas devem estar “disponíveis nos mais diversos espaços sociais para os diferentes grupos populacionais” (BRASIL, 2011,p.28).

*Intersetorialidade.* Compreendida como “Uma articulação dos distintos setores governamentais, de forma que se corresponsabilizem pela garantia da alimentação adequada e saudável” (BRASIL, 2011, p. 28).

*Planejamento, Avaliação e Monitoramento.*

Processo organizado de diagnóstico, identificação de prioridades, elaboração de objetivos e estratégias para alcançá-los, desenvolvimento de instrumentos de ação, previsão de custos e recursos necessários, detalhamento de plano de trabalho, definição de responsabilidades e parcerias, definição de indicadores de processo e resultados (BRASIL, 2011, p.29).

Um dos momentos de construção coletiva do “Marco de EAN” foi o “Encontro de Educação Alimentar e Nutricional – Discutindo Diretrizes”, que teve o intuito de divulgar experiências, debater e apontar caminhos que pudessem ser trilhados para que a EAN de fato se concretizasse no âmbito da Política Pública brasileira.

Nesse contexto, identificamos nesses princípios a sustentação para o



esquema argumentativo e a lógica interna do documento, um projeto futuro de “educar para uma boa alimentação”, que será discutida posteriormente, uma lógica de “boa” educação, de idealização de um comer/alimentação e a tentativa de instituir ou de aplicar uma determinada *ideologia*.

Uma vez caracterizadas as diretrizes do documento, suas linhas básicas, passamos para a apresentação dos propósitos das ações de EAN.

### 3.5.2 Orientações: os propósitos das ações de EAN.

Como já foi explicado, as expressões ou trechos do “Marco de EAN” que consideramos uma orientação para a prática de EAN estão por toda a extensão do documento e são retomadas no texto em diversos momentos.

As orientações configuram o caminho para se fazer EAN. Estão relacionadas às estratégias de como alcançar seu fim. No entanto, para nossa análise elas evidenciam o que se quer ou o que define uma ‘boa alimentação’/ ‘boa educação alimentar’.

Durante a leitura do documento, foi possível perceber que as orientações reproduzem os princípios estruturantes da política e nesse sentido são complementares na análise aqui proposta.

Selecionamos para compor esse bloco, trechos do conceito de EAN apresentado no documento, localizado no capítulo 5, página 23, uma vez que identificamos nele uma convergência de elementos orientadores da prática educativa que atravessam, permeiam, todo o texto e que aparecem em outros capítulos do documento.

À vista disso, elencamos cinco orientações para as práticas de EAN.

*Refletir os princípios da política.* O conceito de EAN retoma alguns princípios da política quando fala que a EAN é “um campo de conhecimento e de *prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional* que visa promover a prática *autônoma* e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (...)

considerando todas as etapas do sistema alimentar...” (BRASIL, 2012, p. 23, grifo nosso), pressupondo que as práticas de EAN devem refletir esses princípios: integralidade, autonomia, permanência e continuidade, intersetorialidade etc. Da forma que é anunciado, o conceito retoma estes princípios simultaneamente e apesar de em alguns trechos do documento se falar em práticas contextualizadas, aqui não observamos qualquer modulação ou relativização desta orientação. Seria possível uma prática educativa que desse conta de tantos elementos ao mesmo tempo?

Esta orientação é retomada em outras seções do documento: “Os princípios deste Marco devem estar refletidos nas práticas de EAN” (BRASIL, 2012, p. 31); “requer articulação *intra e intersetorial* e a parceria com diferentes segmentos da sociedade” (BRASIL, 2012, p.31, grifo nosso).

A EAN requer, portanto, uma *abordagem* integrada que reconheça as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas, nas preferências, nas formas de preparação e no consumo dos alimentos (BRASIL, 2012, p. 31, grifo nosso).

Então, uma abordagem integrada seria reconhecer as práticas alimentares como resultantes da disponibilidade e acesso aos alimentos? E aqueles que não tem acesso?

*Ter um referencial metodológico.* No documento a EAN é expressa como um “*campo de conhecimento*” (BRASIL, 2012, p. 23), nas quais suas ações e práticas devem ser concebidas a partir de um referencial metodológico. Esta orientação é sugerida no seguinte trecho:

A EAN deve ser concebida a partir de um referencial metodológico que preveja um processo de planejamento participativo, monitoramento e avaliação. Tanto os aspectos metodológicos como instrumentais necessitam ser referenciados em um processo permanente de pesquisa e gestão do

conhecimento (BRASIL, 2012, p. 32, grifo nosso).

Além de um referencial metodológico, o documento destaca a necessidade de ampliar e *desenvolver instrumentos teóricos e metodológicos* para as ações de EAN a fim de que abordem diversos conceitos tais: “empoderamento”, “maior participação”, “valorização do saber popular”, “compartilhamento dos saberes”, “construção de parcerias”, “associação de conhecimento e informações”, “negociação de interesses”, entre outros (BRASIL, 2012, p. 36).

Esta orientação demanda uma equipe multiprofissional. Em quais contextos isso poderia ser aplicado? Muitas vezes o profissional conta somente com a comunidade para planejar a atividade educativa, então é importante evidenciar que nem sempre é possível executar tudo isso.

*Ser problematizadora.* A problematização aparece no “Marco de EAN” como orientação de um processo que deve ser permanente e gerador de autonomia e suas práticas devem “fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores...” (BRASIL, 2012, p. 23) a fim de “fortalecer a participação ativa, aumentar a capacidade de interpretação e análise do sujeito sobre si e sobre o mundo” (p.28).

Contudo, quando a formação do sujeito da ação não é problematizadora, o que fazer? Qual a orientação? Muda somente no discurso?

O próprio documento aponta algumas fragilidades deste discurso que podem ser entendidas como limites do processo, não desse especificamente, mas dos textos políticos.

Dificuldade de articulação entre campos do conhecimento como a sociologia e a antropologia da alimentação, a ética e a filosofia; escassa utilização de referenciais teóricos da área de pedagogia e educação; hegemonia da abordagem biomédica; dificuldades em tronar a EAN transversal no projeto pedagógico (...) (BRASIL, 2011, p. 37, 38).

*Ser dialógica.* Segundo o documento, a prática da EAN deve fazer uso de recursos que “favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais” (BRASIL, 2012, p.23).

Outra orientação para a dialogicidade é verificada no capítulo 8 do “Marco de EAN”, página 35, quando é abordada a questão da efetividade da comunicação no contexto de EAN:

*A comunicação no contexto da EAN, para ser efetiva, deve ser pautada na: Escuta ativa e próxima; Reconhecimento das diferentes formas de saberes e de práticas; Construção partilhada de saberes, de práticas e de soluções;(…) Comunicação realizada para atender às necessidades dos indivíduos e grupos; Formação de vínculo entre os diferentes sujeitos que integram o processo;(…) Relações horizontais* (BRASIL, 2012, p.35. Grifo nosso).

No entanto, se por um lado o diálogo é tratado como a essência da educação enquanto prática da liberdade, no qual a comunicação e a troca simbólica, por meio da retribuição, transformam o homem, sendo capaz de atribuir autonomia ao sujeito, por outro, este mesmo diálogo pode ser mascarado, abafando as demais “falas” e consentindo que apenas uma se faça ouvir.

Esta voz dominante pode, em algumas situações, ser atribuída às políticas públicas quando estas incutem a priori um modo único de pensar a EAN.

*Ser contextualizada.* Segundo o conceito de EAN apresentado no documento, a prática de EAN deve considerar “as interações e significados que compõe o comportamento alimentar” (BRASIL, 2012, p. 23). Isso também pode ser observado nos princípios para as ações educativas elencados no capítulo 6 do documento:

As abordagens educativas e pedagógicas adotadas em EAN devem privilegiar os processos ativos, que incorporem os conhecimentos e práticas populares, *contextualizados nas realidades dos indivíduos*, suas famílias e grupos e que possibilitem a integração permanente entre a teoria e a prática (BRASIL, 2012, p. 27).

Se por um lado as orientações são dóceis e adaptativas no texto, muitas vezes são violentas em seus limites e esterótipos de atribuição do que deva ser uma boa educação, mas isso não se contrapõe ao uso de políticas públicas no campo, ou na prática da alimentação e nutrição: dócil e imperativo ao mesmo tempo.

#### 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

As discussões realizadas nesse capítulo tiveram o intuito de problematizar o caráter ideológico observado no “Marco de EAN” e estão fundamentadas nas concepções teóricas apresentadas nos primeiros capítulos dessa dissertação, que são o conceito de ideologia e a perspectiva de educação. A análise aqui apresentada compreendeu a análise preliminar do documento, o contexto histórico e a trajetória do campo da Alimentação e Nutrição.

O documento expõe seus princípios e orientações para as práticas de EAN como algo muito claro, simples e prático, quando, na verdade, é algo complexo, denso e muitas vezes difícil de se alcançar.

Isto posto, buscamos destacar as possibilidades, ou pontos favoráveis, que facilitam e mobilizam as ações de EAN e os obstáculos, ou os pontos adversos, que se apresentam no documento muitas vezes tão idealizados, distanciados da realidade, que dificultam a ação desmobilizando os agentes/atores das ações de EAN.

Para tanto, procuramos indicar algumas incoerências e contradições percebidas no documento, como a utilização de um discurso que se pretende transformador, fundamentado na educação libertadora freiriana, mas acaba se contradizendo e, incoerentemente, tornando-se “bancário”, opressor pois limita a capacidade de reflexão crítica do sujeito quando esconde fatos, ideias, etc.

Assim, utilizamos o conceito de ideologia, introduzido por Marx e discutido por Chauí (2000; 2001), com o propósito de entender como ele opera e evidenciar essas idealizações, dissimulações, ocultamentos, inversões, lacunas e generalizações presentes no “Marco de EAN” e suas implicações para a prática educativa.

Concebida como um modo de esconder a realidade social e um poderoso instrumento de dissimulação desta realidade, a ideologia tem nestas duas características suas principais funções: ocultar e dissimular.

Como procede a ideologia para obter este resultado? Segundo Chauí (2000;

2001), em primeiro lugar, opera por inversão, isto é, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos. Essa inversão entre causa e efeito, princípio e consequência, leva à produção de imagens e ideias que pretendem representar a realidade: “é necessário que as práticas alimentares saudáveis sejam consideradas um valor social e que a sociedade se aproprie e defenda a agenda da EAN” (BRASIL, 2011, p. 42).

A impressão é que a regra (a política) vem primeiro quando, na verdade, é um conjunto: inventa-se a regra, a política, o que é o correto comer, em conjunto, em reciprocidade com o que se come de fato, sendo preciso uma cultura moralizadora, normativa, para impor a regra.

A segunda maneira de operar é produzindo em imaginário social através da ilusão social. Recolhendo as imagens diretas e imediatas da experiência social – isto é, do modo como vivemos as relações sociais – a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que funcionam como representações da realidade e como normas e regras de conduta e comportamento. Estas representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir (CHAUÍ, 2000)

A ideologia assegura, a todos, modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, com a finalidade fazer com que todos aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, elimina dúvidas, ansiedades, angústias, admirações e oculta as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as ideias que supostamente a explicam e controlam.

A EAN é um campo de ação da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde e tem sido considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Entre seus resultados potenciais identifica-se a contribuição na prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização da cultura alimentar, o fortalecimento de hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos, a promoção do consumo sustentável e da alimentação saudável (BRASIL, 2011, p. 13).

Neste trecho o documento apresenta a valorização da cultura alimentar como um resultado potencial das ações de EAN. Mas o que está sendo considerado como cultura alimentar? A comida *fast-food* não é também uma cultura alimentar? O prato de feijão e farinha do sertanejo também não é cultura alimentar? São estas culturas que estão sendo valorizadas como resultados potenciais das ações de EAN?

Por fim, uma terceira maneira de operação da ideologia é o silêncio. Um imaginário social que se parece com uma frase onde nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se assim fosse, a frase perderia a coerência, tornar-se-ia incoerente e contraditória e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade do imaginário social ou ideologia vêm, portanto, do que é silenciado. (CHAUÍ, 2000; 2001)

Outras características da ideologia são a generalização e a naturalização dos fatos, das relações, de ideias.

A naturalização surge sob a forma de ideias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. Esta é a maneira pela qual as ideias produzem alienação social, isto é, a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo seja necessariamente como é.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) alcançou um ponto importante de seu processo de construção. Após ter percorrido um longo caminho, permeado por “altos e baixos” e depois de ter superado obstáculos no sentido de alcançar mudanças conceituais e práticas significativas [...] (BRASIL, 2011, p.6)

O que está naturalizado neste trecho do “Marco de EAN” é que a EAN se apresenta, hoje, como uma prática renovada, que superou os obstáculos das décadas passadas e alcançou mudanças expressivas. Contudo, quando realizamos uma análise crítica desse processo observamos ainda um padrão educativo de “ensinar a comer”, promover escolhas alimentares “adequadas e saudáveis”: “Educação Alimentar e Nutricional contribui para a realização do Direito Humano à



Alimentação Adequada e para a construção de um Brasil saudável” (BRASIL, 2011, p. 6, grifo nosso).

Na generalização e ocultamento, a função é oferecer à sociedade uma imagem que permite a unificação e a identificação social – uma língua, uma religião, uma raça, uma nação, uma humanidade, uma concepção de saúde/saudável, mesmos costumes. Assim, sua função é ocultar, dissimular, negar as desigualdades sociais e oferecer a imagem ilusória da comunidade originada do contrato social entre homens livres e iguais (CHAUÍ, 2000).

Uma outra análise é que o contexto político da saúde/alimentação/assistência social etc, do direito à saúde/alimentação se apropriou de determinados conceitos como SAN, DHAA, integralidade, intersetorialidade, sustentabilidade, educação permanente, autonomia, entre outros, transformando-os ou incorporando-os às diretrizes, princípios das políticas públicas.

Contudo, o que se observa nos textos políticos é um discurso tão repetitivo e moralista que acaba ocupando um lugar estereotipado, de tal forma que se transforma num discurso vazio, como se fosse preciso incorporar esses conceitos/discursos à política pública para que ela se torne uma “boa política”. Não se trata de questionar a relevância ou importância destes conceitos, mas fazer uma análise crítica e apontar que, muitas vezes, eles estão lá como meros clichês, ocupando um lugar-comum, como uma espécie de “pedágio” que se tem que “pagar” para cumprir os quesitos de uma boa política pública.

Segundo o “Marco de EAN” a prática educativa deve valorizar a cultura alimentar e respeitar a diversidade da população:

A EAN deve considerar a legitimidade dos saberes oriundos da cultura, religião e ciência. Respeitar e valorizar as diferentes expressões da identidade e da cultura alimentar de nossa população (BRASIL, 2012, p. 25, grifo nosso).

Mas, a quais saberes e culturas o documento se refere? Se considerarmos que não existe uma única cultura, existem culturas alimentares diversas no nosso

país, então, como respeitar essa diversidade quando se fala em “hábitos alimentares saudáveis” e “alimentação adequada”? O que é o saudável? Adequada a que?

Da mesma forma questionamos o discurso da educação permanente presente no documento:

As abordagens educativas e pedagógicas adotadas em EAN devem privilegiar os processos ativos, [...] Neste sentido, a EAN deve ampliar a sua abordagem para além da transmissão de conhecimentos e gerar situações de reflexão sobre as situações cotidianas, busca de soluções e prática de alternativas (BRASIL, 2012, p. 27, grifo nosso).

Onde estão as reflexões sobre as situações cotidianas da nossa população? A precariedade do transporte público, a falta de água, a precariedade do ensino básico, o acesso à terra, o uso de agrotóxicos, o latifúndio, a desigualdade social da população etc. Onde isto é discutido e contemplado nas políticas públicas, no “Marco de EAN”?

*Integralidade do sistema alimentar.*

O processo que abrange desde o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento, de abastecimento, de comercialização e de distribuição; a escolha e consumo dos alimentos, incluindo as práticas alimentares individuais e coletivas, até a geração e a destinação de resíduos. As ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a todas estas dimensões de maneira a contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes (BRASIL, 2012, p. 25, grifo nosso).

Como abordar o sistema alimentar na sua integralidade desde o acesso à terra, à água até a destinação de resíduos sem discutir a função social da propriedade e a reforma agrária?

*Sustentabilidade social, ambiental e econômica.*

Não se limita à dimensão ambiental, mas estende-se às relações humanas, sociais e econômicas estabelecidas em todas as etapas do sistema alimentar. Assim, a EAN quando promove a alimentação saudável refere-se à satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos e populações, no curto e no longo prazo, que não implique o sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis e que envolva relações econômicas e sociais estabelecidas a partir dos parâmetros da ética, da justiça, da equidade e da soberania (BRASIL, 2012, p. 24, grifo nosso)

Como desenvolver uma EAN sustentável ambiental, social e economicamente quando esta educação deve promover uma “alimentação saudável”, no padrão de saúde estabelecido pela política, mas deve, também, satisfazer as necessidades alimentares dos indivíduos? Será que estas necessidades estão contempladas neste padrão “saudável”?

*Intersetorialidade.* Estes discursos incorporados às políticas, adotados pelo documento analisado, abrangem conceitos muito densos, mas que são apresentados sutilmente, como algo simples e fácil de se alcançar, mas que precisam ser discutidos e problematizados para não se tornarem pseudo-discursos, que ficam só no papel porque são impraticáveis na vida.

O processo de construção de ações intersetoriais implica a troca e a construção coletiva de saberes, linguagens e práticas entre os diversos setores envolvidos com o tema (BRASIL, 2012, p. 28, grifo nosso)

Diante disso, problematizamos ainda mais a discussão sobre o caráter ideológico do documento, a partir duas categorias: Autonomia e Normatividade/Moralização nos perguntando, mais uma vez, sobre o que está sendo invertido, dissimulado e silenciado no “Marco de EAN”?

#### **4.1 Autonomia: uma questão de escolha?**

Quando se diz que os homens são livres por natureza e que exprimem esta liberdade pela capacidade de escolher entre coisas ou entre situações dadas, é

preciso pensar sobre quais coisas e quais situações são dadas para que os homens escolham. Quem dá as condições para a escolha? Todos podem realmente escolher o que desejarem?

À medida que se fortalecem as discussões sobre promoção dos direitos humanos, as políticas têm buscado ampliar e garantir as decisões individuais, e o papel da EAN, atualmente, está vinculado à produção de informações que subsidiem estas tomadas de decisões. No entanto, segundo Castiel & Vasconcelos-Silva (2002), oferecer informações é uma condição necessária, porém não suficiente, se levarmos em consideração as dimensões não racionais e inconscientes que habitam a vontade humana.

Assim, se, por um lado, a ampliação e garantia das decisões individuais representam avanços na direção da alimentação como direito, por outro, emergem questões que precisam ser consideradas, pois corremos o risco de reforçar a responsabilização do sujeito, reduzindo o seu estado de saúde a uma questão de decisão individual e de escolhas. Estaríamos, então, voltando às décadas de 40 e 60 e ensinando o indivíduo a comer, a fim de corrigir hábitos errôneos? Reconstruindo o “mito da ignorância”?

Estando a centralidade das práticas educativas na transmissão de mensagens/conhecimentos, corremos outro risco, o de reduzir os profissionais a meros veiculadores de informações, quando, poderiam ser mediadores desse processo, numa relação dialógica, centrada na ação educativa concebida com os sujeitos no cenário da ação.

A naturalidade da “escolha por uma alimentação saudável” está presente em diretrizes de Políticas Públicas como a PNAN, PNSAN, em metas prioritárias da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) etc. e ganha destaque no conceito e EAN expresso no “Marco de EAN”: “Educação Alimentar e Nutricional [...] visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis” (BRASIL, 2012, p. 23, grifo nosso).

As normas alimentares e as concepções de alimentação saudável dialogam com disposições adquiridas na cultura com o passar do tempo, que sem consentimento se reproduzem. Problematizar estas questões pode nos fazer

desnaturalizar algumas normas e pressupostos que circundam a alimentação.

Ademais, é preciso refletir sobre o status que o discurso político/científico assume no mundo contemporâneo e sua legitimidade assegurada pela sociedade moderna, analisando de forma crítica essa autoridade científica que produz verdades incontestáveis.

Se por um lado o “Marco de EAN” afirma que

“as características dos modos de vida influenciam, significativamente o comportamento alimentar e o poder e a autonomia de escolha desses indivíduos são influenciadas por diversos determinantes como idade, gênero, aspectos socioeconômicos” (BRASIL, 2011, p. 14, grifo nosso),

Por outro estabelece que

“as ações de EAN precisam abranger temas e estratégias relacionadas a essas dimensões de maneira a contribuir para que os indivíduos façam escolhas conscientes, mas que estas escolhas possam interferir em todas as etapas do sistema alimentar” (BRASIL, 2011, p. 25, grifo nosso).

Então de qual autonomia estamos falando? O que o documento considera como uma escolha consciente e uma prática autônoma? Uma prática é autônoma somente se for uma prática de alimentação *saudável*?

A PNSAN (BRASIL, 2010) prevê entre as suas diretrizes a instituição de processos permanentes de EAN. Esta diretriz está detalhada no PLANSAN onde, dos seis objetivos previstos, quatro se relacionam diretamente com EAN, uma delas prevê a estruturação, divulgação e integração de “ações de EAN nas redes institucionais de serviços públicos e mídia institucional, de modo a estimular a autonomia do sujeito para a produção e para as práticas alimentares adequadas e

saudáveis” (BRASIL, 2011, p. 21, grifo nosso).

O sujeito sobre o qual fala o documento parece ser um sujeito vazio, oculto, que não tem idade, sexo, renda, não pertence a uma classe social, enfim, que não aparece, que parece não pensar, não falar e portanto, está num mundo onde ele não escolhe nada, nem questiona.

A promoção do autocuidado e da autonomia é um dos princípios estruturantes do “Marco de EAN”:

O exercício deste princípio pode favorecer a adesão das pessoas às mudanças necessárias ao seu modo de vida. O autocuidado e o processo de mudança de comportamento centrado na pessoa, na sua disponibilidade e sua necessidade são um dos principais caminhos para se garantir o envolvimento do indivíduo nas ações de EAN. [...] Os principais objetivos do apoio ao autocuidado são gerar conhecimentos e habilidades às pessoas para que conheçam e identifiquem seu contexto de vida; e para que adotem, mudem e mantenham comportamentos que contribuam para a sua saúde (BRASIL, 2012, p. 27, grifo nosso)

Mas, na perspectiva de Paulo Freire, como (é possível?) construir um sujeito mais autônomo? Como uma ação de EAN pode promover o autocuidado e a autonomia quando a orientação é imperativa: mudar! Mas mudanças necessárias para quem? Mudar para que? Por quê? Para um padrão?

#### **4.2 O discurso normativo e moralizador: uma estratégia de legitimação?**

A criação de um *padrão de alimentação* constitui um importante elemento de formação do campo da Alimentação e Nutrição que acompanha toda sua trajetória de consolidação. Uma vez que se diz que há um “comer correto” ou a “melhor forma de comer” cria-se a necessidade de existir alguém para indicar que comer é este.

Ter que dizer o que o outro tem que comer é uma maneira de autorizar o profissional como “possuidor” deste saber. Ademais, torna-se uma estratégia de

legitimação do campo da Alimentação e Nutrição, da profissão e do profissional. Ao instituir este modelo de um único padrão de alimentação, por meio de políticas públicas (Guia Alimentar, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Marco de EAN etc) o governo ratifica esta lógica.

O “padrão saudável”, “correto”, aparece no documento naturalizado, parece ser único e inquestionável. Contudo, ao limitar “o saudável” a uma única regra, reduzimos o conceito a uma única possibilidade e engessamo-lo de tal forma que é quase impossível de praticá-lo, além de esconder ou ocultar outras concepções do que é ser “saudável”.

Esta é uma forma de mostrar a norma, o “como” o sujeito deve agir/fazer e, se não faz, modificar sua prática para este padrão que é onde a política quer chegar.

Então, com este objetivo, o documento tem a pretensão de qualificar a agenda de alimentação e nutrição: “É importante reconhecer que este documento oportunizará que cada setor qualifique suas ações a partir do acúmulo que o tema tem até o momento” (BRASIL, 2011, p. 7).

O discurso moralizador e normativo na política se apresenta como educativo quando a intenção é moralizar o sujeito regulando-o a favor do que se diz que é o certo a se fazer. Segundo o “Marco de EAN” uma alimentação adequada e saudável é uma “expressão de cidadania e fator protetor da vida” (BRASIL, 2011, p. 36).

Se a política diz que é pra comer frutas, legumes e verduras, o que o nutricionista vai buscar moralizar é uma maneira de que se o sujeito não comer o indicado ele é um errante, irresponsável ou culpado.

O sujeito, hoje, na política, não é mais aquele indivíduo ignorante das décadas de 1940 e 1960, agora ele é irresponsável quando não faz/pratica uma alimentação “boa”, chamada, hoje, de adequada, mas o processo de construção de diretrizes ainda converge pra imposição e repetição de um padrão ‘tudo’.

Todavia, a estratégia do discurso moralizador e normativo que impõe um modelo ideal de saúde, alimentação ou EAN é a legitimação da norma. Se não apontar o que está errado, referenciado pelo documento político, o “Marco de EAN”, deslegitima ele. O silêncio, a ausência, enfraquece a política.

Coloca-se o desafio para todos os setores governamentais e da sociedade civil em divulgá-lo entre os mais diversos atores e agentes que promovem ações educativas na área da alimentação e nutrição no País, além de adotá-lo no seu processo de planejamento de programas e ações e de lhe dar seus devidos desdobramentos, de forma que ele não acabe em si mesmo (BRASIL, 2011, p. 7).

Para isso mobiliza-se “a sociedade, os profissionais e gestores em torno da promoção da alimentação adequada e saudável” a partir do entendimento de que “o impacto almejado necessita de ações permanentes” (BRASIL, 2011, p. 36).

Hoje no mundo da comunicação muito curtida, muita clicada, muito falada... Se não é falado, não se ouve e pensa-se que acabou, que morreu. Daí a necessidade de se colocar o documento em evidência, citando-o em artigos, em cursos, em livros, cadernos teóricos de EAN etc. Com o propósito de reforçar a regra (a política) para não desconstruí-la e, ao contrário, moralizá-la a fim de legitimá-la.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dessa pesquisa foi uma oportunidade de “parar para pensar” sobre a EAN e suas práticas, ou na verdade, sobre o processo de avaliação das práticas de EAN.

O exercício (difícil) do distanciamento da prática e de aproximação às teorias sociais e políticas a fim de realizar uma análise crítica, distanciada e sob outra óptica da política – pois, durante meu exercício profissional, experienciei a política pública num outro contexto, mais operacional, na prática, no dia a dia, tentando de alguma maneira fazer com que aqueles textos fossem implementados por meio das atividades e projetos desenvolvidos nos municípios – suscitou inúmeras indagações, dúvidas, que foram impulsionadoras para a pesquisa.

Neste trabalho, buscamos compreender o “Marco de EAN” (objeto do estudo) segundo uma perspectiva das Humanidades, como um componente da agenda governamental, parte de uma estrutura social dinâmica que muda de acordo com o contexto político, econômico, cultural e que este mesmo contexto, por sua vez, muda a agenda dinamicamente.

O exercício da análise crítica suscitou a reflexão sobre a forma de atribuir qualidades – de uma educação alimentar “correta” ou “adequada” – às práticas a partir do olhar crítico sobre as ideologias.

A metodologia utilizada (CELLARD, 2010) possibilitou sistematizar a avaliação do documento em torno das principais diretrizes e suas orientações que indicaram um caráter ideológico que parece atravessar todo o documento numa tentativa de empregar uma ideia de *boa educação alimentar*.

Dentre as limitações do método podemos citar a dificuldade do acesso a determinados documentos, já que nem sempre é possível obtê-los. Além disso, dependendo do tipo dos documentos, estes podem não conter as informações detalhadas e não apresentar de forma legível os dados ou podem ter sido forjados com alterações. Contudo essas não foram dificuldades importantes encontradas no documento analisado. A restrição relacionada ao método percebida em nossa

análise foi a falta de vivência do “fenômeno” pela autora para melhor representá-lo. Neste caso, entendemos o fenômeno como o processo de construção do Marco de EAN, as oficinas, encontros e atividades realizados na elaboração desse documento.

Buscamos superar essa limitação utilizando ferramentas conceituais para chegar a determinadas inferências sobre o processo de elaboração do documento.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) apresentam uma definição voltada à pesquisa das informações contidas em um documento, explicitando que ela é feita para produzir ou reelaborar conhecimentos e criar formas de compreender os fenômenos, sendo que o investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e, na medida do possível, fazer inferências. Assim, o tratamento documental se propôs a ser um reflexo objetivo da fonte original, identificando as novas mensagens subjacentes no documento.

Mais do que definir o certo ou errado, ou apontar soluções, a intenção foi problematizar algumas questões que estão apagadas ou ocultas no texto político, que talvez tenha mesmo que “não dizer tudo”, mas que é preciso refletir sobre este lugar que muitas vezes não corresponde à realidade. Não porque quem está lá na execução das ações não esteja preparado ou precise de mais formação, ou então porque o documento político é defasado, mas porque a política é idealizada e não considera ou dissimula ou oculta uma série de questões do dia a dia para se fazer política.

Sendo assim, ressaltamos a importância de documentos políticos como o Marco de EAN enquanto documentos “bússola” que guiam ou orientam a prática. Contudo é preciso um olhar crítico sobre essas orientações, entendendo os interesses políticos, as disputas, os consensos etc. que estão por trás da elaboração desses documentos; que considere, de fato, a realidade, com suas dificuldades, contradições, diferenças, desigualdades.

Esperamos que este trabalho contribua para ampliar o olhar sobre nossas práticas, tornando-o mais real, mais próximo da vida, menos idealizado e que alerte para a necessidade de criticá-las, questioná-las, analisá-las, avaliá-las.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição.**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 895-903, dez. 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732009000600011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732009000600011&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 17 nov. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO HUMANOS (ABRANDH). Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: **ABRANDH**, 2010.

AZEVEDO, J. A. Fundamentos filosóficos da pedagogia de Paulo Freire. **Akrópolis Umuarama** (Impresso), v. 18, n. 1, p. 37-47, jan./mar. 2010.

BARBOSA, N. V. S. MACHADO, N. M. V. SOARES, M. C. V. PINTO, A. R. R. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 18, p. 937-945, 2013.

BOOG, M. C. F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição PUCCAMP**, Campinas (Impresso), v.10, n.1, p. 5-19, jan./jun., 1997.

BOURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU P. **O campo científico**. In: Ortiz R, organizador. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática; 1983

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p. ISBN: 978-85-60700-59-2.

Brasil. **Decreto-Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2006.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015** – PlanSAN. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca\\_alimentar/plano\\_nacional\\_seguranca\\_nacional.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/plano_nacional_seguranca_nacional.pdf) . Acesso em: 03 outubro de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 84 p. : il. ISBN 978-85-334-1911-7 .

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Geral da Política de Alimentação e nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Portaria interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, 2006b.

\_\_\_\_\_. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Diário Oficial da União, 2006c.

BURLANDY, L.; MATTOS, R. A. Inter-relações entre conhecimento, política e ação nas questões de alimentação e nutrição. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 1, Fev, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732012000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 Dez. 2014.

CARVALHO, M. C. V. S. **Estilos naturais**: uma bricolagem alimentar no Brasil urbano. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2009. 148f.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M T.; PRADO, S. D. **Comer, nutrir e alimentar na perspectiva das Ciências Sociais**, 2009. Mimeo.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T.; PRADO, S. D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

CASEMIRO, J. P. **Cultura, participação e educação popular & saúde**: a educação alimentar e nutricional como lugar de encontro na escola. Rio de Janeiro: UFRJ/NUTES, 2013. 370 p.

CASTIEL, D. VASCONCELOS-SILVA, R. Internet e auto-cuidado em saúde: como juntar trapinhos? **Hist, Ciênc Saúde** - Manguinhos. 2002; 9(2)291-314

CASTRO, J. B. P. et al. "Do as I say but do not do as I do!": Décalage as a tool for understanding body and food practices. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 99-108, fev. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732015000100099&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000100099&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 18 nov. 2015.

CELLARD, A. **A análise documental**. In.: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed, Petrópolis: Vozes, 2010.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo – SP: Editora Ática, 2004.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional**: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CORSETTI, B. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNirevista**. Porto Alegre, v.1, n.1, p.32-46, 2006.

COUTINHO, A. O. N. Alimentação do Brasileiro: uma visão histórica. **Saúde em Debate**, p. 32-39, 1988

FALEIROS, V. F. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FISBERG, R. M. et al. Alimentação Equilibrada na Promoção da Saúde. IN:

CUPPARI, Lilian. **Guia de nutrição**: nutrição clínica no adulto. 2 ed. Ver. Ampl. Barueri, SP: Manole, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GAARDER, J. **O mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HÖFLING, E.M. Estado e políticas (públicas) sócias. **Caderno Cedes**, n. 55, p. 30-41. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. **IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Fome Zero. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: **Instituto Cidadania**/Fundação Djalma Guimarães, 2001.

KAC, G.; PROENÇA, R. P. C.; PRADO, S. D. A criação da área "nutrição" na Capes. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 6, Dez, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732011000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000600011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Nov, 2014.

KLOTZ-SILVA, J. et al. Alimentação e cultura como campo científico no Brasil. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-)

73312010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Jan. 2015.

LIMA, E. S. **Mal de fome e não de raça**: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro, 1980-1998. **Hist Ciênc Saúde Manginhos**; v. 10, n.2, p.604-35. 2003.

LOBO, M. A. **Textos de divulgação científica**: recursos para promover a educação alimentar e nutricional em aulas de ciências? Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, Rio de Janeiro, 2014. 180 f.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

Oliveira SI, Oliveira, KSN. Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. **Psicol. USP** ; v.19, n.4, p.495-504. 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> Acesso em 17 Nov 2015.

PRADO, M. S. A trajetória da política de alimentação no Brasil: de 1889 a 1945. **Rev Baiana Saúde Pública**. 1993; 20: 23-31.

PRADO, S. D. et al. **Alimentação e Nutrição como campo científico no Brasil**. 2009a. Mimeo.

PRADO, S. D. et al. Alimentação e nutrição como campo científico autônomo no Brasil: conceitos, domínios e projetos políticos. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 6, dez. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732011000600013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000600013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 nov. 2014.

PRADO, S. D. **A pesquisa sobre alimentos, alimentação e nutrição no Brasil**: reflexões sobre a produção de conhecimento e saberes. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2010.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 5, out. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000500011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 out. 2014.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, fev. 2012 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000200018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 out. 2014.

SANTOS, L. A. S. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 26, n. 5, p.595-600, set./out., 2013.

SÁ-SILVA, J. R. ALMEIDA, C. D. GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Brasil. de Hist. & Ciênc. Sociais**. n.1, Jul., 2009.

SILVA, A.C. De Vargas a Itamar – políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 87-107. 1995.

SILVA, L. R. C.; DAMACENO, A. D.; MARTINS, M. C. R.; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. **IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia**. Eixo Temático: Formação de Professores e Profissionalização Docente. Paraná, 2009.

THIRY-CHERQUES, H. R. **Pierre Bourdieu**: a teoria na prática. **RAP** Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.27-55, Jan./Fev. 2006.

VALENTE, F. L. S. **Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada**. In: Valente F, editor. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez; 2002.

\_\_\_\_\_. **Direito Humano à alimentação desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fome e desnutrição: Determinantes Sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

VASCONCELOS, E.M. **Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001



VASCONCELOS, F. A. G. Do Homem-Caranguejo ao Homem-Gabiru uma interpretação da Trajetória da História da Fome no Brasil. **Revista Saúde em Debate**. v. 44, p. 9-13, 1994.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, Abr. 2002.

VASCONCELOS, F. A. G.; BATISTA FILHO, M. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02 Nov. 2014.

## APÊNDICE

## **APÊNDICE A – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS**

### **ARTIGOS SEGUNDO PALAVRAS-CHAVE.**

#### **Educação Alimentar**

- 1) Kubota, Nair et al. Avaliação de material educativo: adequação de quatro volantes sobre alimentação da criança de 0 a 12 meses de idade. Rev. Saúde Pública, Mar 1980, vol.14, no.1, p.101-122. ISSN 0034-8910
- 2) Lima, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese. Physis, Dez 1997, vol.7, no.2, p.9-29. ISSN 0103-7331
- 3) Lima, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Jun 1998, vol.5, no.1, p.57-84. ISSN 0104-5970
- 4) Caivano, Simone, Ferreira, Beatriz Jansen and Domene, Semíramis Martins Álvares Avaliação da usabilidade do Guia Alimentar Digital móvel segundo a percepção dos usuários. Ciênc. saúde coletiva, Maio 2014, vol.19, no.5, p.1437-1446. ISSN 1413-8123
- 5) Lobo, Mônica and Martins, Isabel Imagens em guias alimentares como recursos para a educação alimentar em aulas de ciências: reflexões a partir de uma análise visual. Cad. CEDES, Abr 2014, vol.34, no.92, p.86-98. ISSN 0101-3262

#### **Educação Nutricional**

- 1) Alvarez, Tatiana Souza and Zanella, Maria Teresa Impacto de dois programas de educação nutricional sobre o risco cardiovascular em pacientes hipertensos e com excesso de peso. Rev. Nutr., Fev 2009, vol.22, no.1, p.71-79. ISSN 1415-5273

- 2) Bissoli, Marcos Coelho and Lanzillotti, Haydeé Serrão Educação Nutricional como forma de intervenção: avaliação de uma proposta para pré-escolares. Rev. Nutr., Jun 1997, vol.10, no.2, p.107-113. ISSN 1415-5273
- 3) Barbosa, Roseane Moreira Sampaio, Salles-Costa, Rosana and Soares, Eliane de Abreu Guias alimentares para crianças: aspectos históricos e evolução. Rev. Nutr., Abr 2006, vol.19, no.2, p.255-263. ISSN 1415-5273
- 4) Santos, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Rev. Nutr., Out 2005, vol.18, no.5, p.681-692. ISSN 1415-5273
- 5) Bizzo, Maria Letícia Galluzzi and Leder, Lídia Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Rev. Nutr., Out 2005, vol.18, no.5, p.661-667. ISSN 1415-5273
- 6) Rodrigues, Erika Marafon, Soares, Fernanda Pardo de Toledo Piza and Boog, Maria Cristina Faber Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. Rev. Nutr., Fev 2005, vol.18, no.1, p.119-128. ISSN 1415-5273
- 7) Cervato, Ana Maria et al. Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva em Universidade Aberta para a Terceira Idade. Rev. Nutr., Fev 2005, vol.18, no.1, p.41-52. ISSN 1415-5273
- 8) Monteiro, Rita de Cássia de Assunção, Riether, Priscila Trapp Abbes and Burini, Roberto Carlos Efeito de um programa misto de intervenção nutricional e exercício físico sobre a composição corporal e os hábitos alimentares de mulheres obesas em climatério. Rev. Nutr., Dez 2004, vol.17, no.4, p.479-489. ISSN 1415-5273
- 9) Boog, Maria Cristina Faber. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. Rev. Nutr., Dez 1999, vol.12, no.3, p.261-272. ISSN 1415-5273
- 10) Davanço, Giovana Mochi, Taddei, José Augusto de Aguiar Carrazedo and Gaglianone, Cristina Pereira Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. Rev.

Nutr., Jun 2004, vol.17, no.2, p.177-184. ISSN 1415-5273

- 11) Boog, Maria Cristina Faber et al. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: comer... o fruto ou o produto?. Rev. Nutr., Set 2003, vol.16, no.3, p.281-293. ISSN 1415-5273
- 12) RAMALHO, Rejane Andréa and SAUNDERS, Cláudia O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. Rev. Nutr., Abr 2000, vol.13, no.1, p.11-16. ISSN 1415-5273
- 13) Pessi, Sônia and Fayh, Ana Paula Trussardi Avaliação do conhecimento nutricional de atletas profissionais de atletismo e triathlon. Rev Bras Med Esporte, Ago 2011, vol.17, no.4, p.242-245. ISSN 1517-8692
- 14) Nicastro, Humberto et al. Aplicação da escala de conhecimento nutricional em atletas profissionais e amadores de atletismo. Rev Bras Med Esporte, Jun 2008, vol.14, no.3, p.205-208. ISSN 1517-8692
- 15) Galante, Andréa Polo and Colli, Célia A utilização da World Wide Web como ferramenta para a educação nutricional: uma revisão. Rev. Bras. Cienc. Farm., Set 2003, vol.39, no.3, p.221-225. ISSN 1516-9332
- 16) Lima, Eronides da Silva, Oliveira, Celina Szuchmacher and Gomes, Maria do Carmo Rebello Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). Hist. cienc. saude-Manguinhos, Ago 2003, vol.10, no.2, p.602-635. ISSN 0104-5970
- 17) Costa, Jorge de Assis et al. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. Ciênc. saúde coletiva, Mar 2011, vol.16, no.3, p.2001-2009. ISSN 1413-8123
- 18) Diez-Garcia, Rosa Wanda and Castro, Inês Rugani Ribeiro de A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. Ciênc. saúde coletiva, Jan 2011, vol.16, no.1, p.91-98. ISSN 1413-8123
- 19) Silva, Andréia Cristina de Almeida, Telarolli Júnior, Rodolpho and Monteiro, Maria Iolanda Analisando conhecimentos e práticas de agentes educacionais e professoras relacionados à alimentação infantil. Ciênc. educ. (Bauru), 2010, vol.16, no.1, p.199-214. ISSN 1516-7313

- 20) Teixeira, Pryscila Dryelle Sousa et al. Intervenção nutricional educativa como ferramenta eficaz para mudança de hábitos alimentares e peso corporal entre praticantes de atividade física. Ciênc. saúde coletiva, Fev 2013, vol.18, no.2, p.347-356. ISSN 1413-8123
- 21) Boog, Maria Cristina Faber. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. Cad. Saúde Pública, 1999, vol.15, suppl.2, p.S139-S147. ISSN 0102-311X
- 22) Rodrigues, Érika Marafon and Boog, Maria Cristina Faber Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. Cad. Saúde Pública, Maio 2006, vol.22, no.5, p.923-931. ISSN 0102-311X

### **Educação Alimentar e Nutricional**

- 1) Costa, Christiane Araújo and Bógus, Cláudia Maria Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Saude soc., Mar 2012, vol.21, no.1, p.103-114. ISSN 0104-1290
- 2) Souza, Rita Adriana Gomes de et al. Redução do uso de açúcar em escolas públicas: ensaio randomizado por conglomerados. Rev. Saude Publica, Ago 2013, vol.47, no.4, p.666-674. ISSN 0034-8910
- 3) Melere, Cristiane et al. Índice de alimentação saudável para gestantes: adaptação para uso em gestantes brasileiras. Rev. Saúde Pública, Fev 2013, vol.47, no.1, p.20-28. ISSN 0034-8910
- 4) Friedrich, Roberta Roggia, Schuch, Ilaine and Wagner, Mário Bernardes Efeito de intervenções sobre o índice de massa corporal em escolares. Rev. Saúde Pública, Jun 2012, vol.46, no.3, p.551-560. ISSN 0034-8910
- 5) Madruga, Samanta Winck et al. Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência. Rev. Saúde Pública, Abr 2012, vol.46, no.2, p.376-386. ISSN 0034-8910
- 6) Ell, Erica et al. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre

- alimentação saudável. Rev. Saúde Pública, Abr 2012, vol.46, no.2, p.218-225. ISSN 0034-8910
- 7) Vargas, Izabel Cristina da Silva et al. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. Rev. Saúde Pública, Fev 2011, vol.45, no.1, p.59-68. ISSN 0034-8910
  - 8) Jaime, Patricia Constante et al. Educação nutricional e consumo de frutas e hortaliças: ensaio comunitário controlado. Rev. Saúde Pública, Fev 2007, vol.41, no.1, p.154-157. ISSN 0034-8910
  - 9) Alves, Hayda Josiane and Boog, Maria Cristina Faber Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. Rev. Saúde Pública, Abr 2007, vol.41, no.2, p.197-204. ISSN 0034-8910
  - 10) Amparo-Santos, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. Rev. Nutr., Out 2013, vol.26, no.5, p.595-600. ISSN 1415-5273
  - 11) Silva, Camila Pereira da et al. Intervenção nutricional pautada na estratégia de oficinas em um serviço de promoção da saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. Rev. Nutr., Dez 2013, vol.26, no.6, p.647-658. ISSN 1415-5273
  - 12) Amorim, Nina Flávia de Almeida et al. Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr., Abr 2012, vol.25, no.2, p.203-217. ISSN 1415-5273
  - 13) Camossa, Ana Cristina do Amaral, Telarolli Junior, Rodolpho and Machado, Maria Lúcia Teixeira O fazer teórico-prático do nutricionista na estratégia saúde da família: representações sociais dos profissionais das equipes. Rev. Nutr., Fev 2012, vol.25, no.1, p.89-106. ISSN 1415-5273
  - 14) Felipe, Flavia et al. Qualidade da dieta de indivíduos expostos e não expostos a um programa de reeducação alimentar. Rev. Nutr., Dez 2011, vol.24, no.6, p.833-844. ISSN 1415-5273
  - 15) Bueno, Júlia Macedo et al. Educação alimentar na obesidade: adesão e resultados antropométricos. Rev. Nutr., Ago 2011, vol.24, no.4, p.575-584. ISSN

1415-5273

- 16) Detregiachi, Cláudia Rucco Penteadó and Braga, Tânia Moron Saes Projeto "criança saudável, educação dez": resultados com e sem intervenção do nutricionista. Rev. Nutr., Fev 2011, vol.24, no.1, p.51-59. ISSN 1415-5273
- 17) Boog, Maria Cristina Faber. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. Rev. Nutr., Dez 2010, vol.23, no.6, p.1005-1017. ISSN 1415-5273
- 18) Sobral, Nilza Aparecida Tuler and Santos, Sandra Maria Chaves dos Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. Rev. Nutr., Jun 2010, vol.23, no.3, p.399-415. ISSN 1415-5273
- 19) Rodrigues, Livia Penna Firme and Roncada, Maria José A educação nutricional nos programas oficiais de prevenção da deficiência da vitamina A no Brasil. Rev. Nutr., Abr 2010, vol.23, no.2, p.297-305. ISSN 1415-5273
- 20) Yokota, Renata Tiene de Carvalho et al. Projeto "a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr., Fev 2010, vol.23, no.1, p.37-47. ISSN 1415-5273
- 21) Almeida-Bittencourt, Patrícia Afonso de, Ribeiro, Paula Severino Azambuja and Naves, Maria Margareth Veloso Estratégias de atuação do nutricionista em consultoria alimentar e nutricional da família. Rev. Nutr., Dez 2009, vol.22, no.6, p.919-927. ISSN 1415-5273
- 22) Bernardon, Renata et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. Rev. Nutr., Jun 2009, vol.22, no.3, p.389-398. ISSN 1415-5273
- 23) Rossi, Alessandra, Moreira, Emília Addison Machado and Rauen, Michelle Soares Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. Rev. Nutr., Dez 2008, vol.21, no.6, p.739-748. ISSN 1415-5273
- 24) ALVES, Hayda Josiane; BOOG, Maria Cristina Faber. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. Rev. Nutr., Campinas , v. 21, n. 6, p. 705-715, Dec. 2008 .



- 25) Barbosa, Roseane Moreira Sampaio, Colares, Luciléia Granhen Tavares and Soares, Eliane de Abreu Desenvolvimento de guias alimentares em diversos países. *Rev. Nutr.*, Ago 2008, vol.21, no.4, p.455-467. ISSN 1415-5273
- 26) Kanno, Patrícia et al. Discrepâncias na imagem corporal e na dieta de obesos. *Rev. Nutr.*, Ago 2008, vol.21, no.4, p.423-430. ISSN 1415-5273
- 27) Alencar, Maria do Socorro Silva, Barros Júnior, Francisco de Oliveira and Carvalho, Cecília Maria Resende Gonçalves de Os aportes sócio-políticos da educação nutricional na perspectiva de um envelhecimento saudável. *Rev. Nutr.*, Ago 2008, vol.21, no.4, p.369-381. ISSN 1415-5273
- 28) Franco, Ana Carolina and Boog, Maria Cristina Faber Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. *Rev. Nutr.*, Dez 2007, vol.20, no.6, p.643-655. ISSN 1415-5273
- 29) Araújo, Raquel Maria Amaral and Almeida, João Aprígio Guerra de Aleitamento materno: o desafio de compreender a vivência. *Rev. Nutr.*, Ago 2007, vol.20, no.4, p.431-438. ISSN 1415-5273
- 30) Souto, Silvana and Ferro-Bucher, Júlia Sursis Nobre Práticas indiscriminadas de dietas de emagrecimento e o desenvolvimento de transtornos alimentares. *Rev. Nutr.*, Dez 2006, vol.19, no.6, p.693-704. ISSN 1415-5273
- 31) Bortolini, Gisele A. and Fisberg, Mauro Orientação nutricional do paciente com deficiência de ferro. *Rev. Bras. Hematol. Hemoter.*, Jun 2010, vol.32, suppl.2, p.105-113. ISSN 1516-8484
- 32) Azevedo, George Dantas de et al. Modificações do estilo de vida na síndrome dos ovários policísticos: papel do exercício físico e importância da abordagem multidisciplinar. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Maio 2008, vol.30, no.5, p.261-267. ISSN 0100-7203
- 33) Oliveira, Sabrina Ionata de and Oliveira, Kathleen Sousa Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. *Psicol. USP*, Dez 2008, vol.19, no.4, p.495-504. ISSN 0103-6564
- 34) Fernandes, Patrícia S. et al. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do

ensino fundamental. J. Pediatr. (Rio J.), Ago 2009, vol.85, no.4, p.315-321. ISSN 0021-7557

- 35) Vincha, Kellem Regina Rosendo et al. Grupos de educação nutricional em dois contextos da América Latina: São Paulo e Bogotá. Interface, Set 2014, vol.18, no.50, p.507-520. ISSN 1414-3283
- 36) Juzwiak, Claudia Ridel. Era uma vez...um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. Interface (Botucatu), Jun 2013, vol.17, no.45, p.473-484. ISSN 1414-3283
- 37) Lara, Bruna Robba and Paiva, Vera Silvia Facciolla A dimensão psicossocial na promoção de práticas alimentares saudáveis. Interface (Botucatu), Dez 2012, vol.16, no.43, p.1039-1054. ISSN 1414-3283
- 38) Oliveira, Kathleen Sousa. Avaliação do material didático do projeto "Criança saudável: educação dez", ano 2005. Interface (Botucatu), Jun 2008, vol.12, no.25, p.401-410. ISSN 1414-3283
- 39) Bezerra, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Mar 2012, vol.19, no.1, p.157-179. ISSN 0104-5970
- 40) Bezerra, Aída Couto Dinucci, Mancuso, Ana Maria Cervato and Heitz, Sarah Jeanne Jorge Alimento de rua na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional: um ensaio para a qualificação sanitária no Brasil. Ciênc. saúde coletiva, Maio 2014, vol.19, no.5, p.1489-1494. ISSN 1413-8123
- 41) Fernandes, Ana Gabriela de Souza, Fonseca, Alexandre Brasil Carvalho da and Silva, Adilson Aderito da Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. Cienc. saude coletiva, Jan 2014, vol.19, no.1, p.39-48. ISSN 1413-8123
- 42) Juzwiak, Claudia Ridel, Castro, Paula Morcelli de and Batista, Sylvia Helena Souza da Silva A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. Ciênc. saúde coletiva, Abr 2013, vol.18, no.4, p.1009-

1018. ISSN 1413-8123

- 43) Santos, Ligia Amparo da Silva et al. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. Ciênc. saúde coletiva, Abr 2013, vol.18, no.4, p.993-1000. ISSN 1413-8123
- 44) Barbosa, Najla Veloso Sampaio et al. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. Ciênc. saúde coletiva, Abr 2013, vol.18, no.4, p.937-945. ISSN 1413-8123
- 45) Santos, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Ciênc. saúde coletiva, Fev 2012, vol.17, no.2, p.455-462. ISSN 1413-8123
- 46) Ramos, Flavia Pascoal, Santos, Ligia Amparo da Silva and Reis, Amélia Borba Costa Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. Cad. Saúde Pública, Nov 2013, vol.29, no.11, p.2147-2161. ISSN 0102-311X
- 47) Schmitz, Bethsáida de Abreu Soares et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. Cad. Saúde Pública, 2008, vol.24, suppl.2, p.s312-s322. ISSN 0102-311X
- 48) Ferreira, Vanessa A. and Magalhães, Rosana Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. Cad. Saúde Pública, Jul 2007, vol.23, no.7, p.1674-1681. ISSN 0102-311X

## **ARTIGOS SEGUNDO CONTEÚDO**

### **Artigos com conteúdo teórico-conceitual**

1. Santos, Ligia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. Rev. Nutr., Out 2005, vol.18, no.5, p.681-692. ISSN 1415-5273.
2. Bizzo, Maria Letícia Galluzzi and Leder, Lídia Educação nutricional nos

- parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Rev. Nutr., Out 2005, vol.18, no.5, p.661-667. ISSN 1415-5273.
3. Rodrigues, Erika Marafon, Soares, Fernanda Pardo de Toledo Piza and Boog, Maria Cristina Faber Resgate do conceito de aconselhamento no contexto do atendimento nutricional. Rev. Nutr., Fev 2005, vol.18, no.1, p.119-128. ISSN 1415-5273.
  4. Alencar, Maria do Socorro Silva, Barros Júnior, Francisco de Oliveira and Carvalho, Cecília Maria Resende Gonçalves de Os aportes sócio-políticos da educação nutricional na perspectiva de um envelhecimento saudável. Rev. Nutr., Ago 2008, vol.21, no.4, p.369-381. ISSN 1415-5273.
  5. Franco, Ana Carolina and Boog, Maria Cristina Faber Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. Rev. Nutr., Dez 2007, vol.20, no.6, p.643-655. ISSN 1415-5273.
  6. Barbosa, Najla Veloso Sampaio et al. Alimentação na escola e autonomia - desafios e possibilidades. Ciênc. saúde coletiva, Abr 2013, vol.18, no.4, p.937-945. ISSN 1413-8123.
  7. Santos, Ligia Amparo da Silva. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. Ciênc. saúde coletiva, Fev 2012, vol.17, no.2, p.455-462. ISSN 1413-8123.
  8. Erica et al. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. Rev. Saúde Pública, Abr 2012, vol.46, no.2, p.218-225. ISSN 0034-8910
  9. Camossa, Ana Cristina do Amaral, Telarolli Junior, Rodolpho and Machado, Maria Lúcia Teixeira O fazer teórico-prático do nutricionista na estratégia saúde da família: representações sociais dos profissionais das equipes. Rev. Nutr., Fev 2012, vol.25, no.1, p.89-106. ISSN 1415-5273.

## **2) Artigos com conteúdo histórico e atualidades do campo da Alimentação e Nutrição**

10. Lima, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: uma

- síntese. *Physis*, Dez 1997, vol.7, no.2, p.9-29. ISSN 0103-7331.
11. Lima, Eronides da Silva. Gênese e constituição da educação alimentar: a instauração da norma. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Jun 1998, vol.5, no.1, p.57-84. ISSN 0104-5970.
  12. Barbosa, Roseane Moreira Sampaio, Salles-Costa, Rosana and Soares, Eliane de Abreu Guias alimentares para crianças: aspectos históricos e evolução. *Rev. Nutr.*, Abr 2006, vol.19, no.2, p.255-263. ISSN 1415-5273.
  13. Lima, Eronides da Silva, Oliveira, Celina Szuchmacher and Gomes, Maria do Carmo Rebello Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980-98). *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Ago 2003, vol.10, no.2, p.602-635. ISSN 0104-5970.
  14. Rossi, Alessandra, Moreira, Emília Addison Machado and Rauen, Michelle Soares Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. *Rev. Nutr.*, Dez 2008, vol.21, no.6, p.739-748. ISSN 1415-5273.
  15. ALVES, Hayda Josiane; BOOG, Maria Cristina Faber. Representações sobre o consumo de frutas, verduras e legumes entre fruticultores de zona rural. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 21, n. 6, p. 705-715, Dec. 2008.
  16. Almeida-Bittencourt, Patrícia Afonso de, Ribeiro, Paula Severino Azambuja and Naves, Maria Margareth Veloso Estratégias de atuação do nutricionista em consultoria alimentar e nutricional da família. *Rev. Nutr.*, Dez 2009, vol.22, no.6, p.919-927. ISSN 1415-5273.
  17. Araújo, Raquel Maria Amaral and Almeida, João Aprígio Guerra de Aleitamento materno: o desafio de compreender a vivência. *Rev. Nutr.*, Ago 2007, vol.20, no.4, p.431-438. ISSN 1415-5273.
  18. Oliveira, Sabrina Ionata de and Oliveira, Kathleen Sousa Novas perspectivas em educação alimentar e nutricional. *Psicol. USP*, Dez 2008, vol.19, no.4, p.495-504. ISSN 0103-6564.
  19. Lara, Bruna Robba and Paiva, Vera Silvia Facciolla A dimensão psicossocial na promoção de práticas alimentares saudáveis. *Interface (Botucatu)*, Dez

- 2012, vol.16, no.43, p.1039-1054. ISSN 1414-3283.
- 20.**Bezerra, Aída Couto Dinucci, Mancuso, Ana Maria Cervato and Heitz, Sarah Jeanne Jorge Alimento de rua na agenda nacional de segurança alimentar e nutricional: um ensaio para a qualificação sanitária no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Maio 2014, vol.19, no.5, p.1489-1494. ISSN 1413-8123.
- 21.**Ramos, Flavia Pascoal, Santos, Ligia Amparo da Silva and Reis, Amélia Borba Costa Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cad. Saúde Pública*, Nov 2013, vol.29, no.11, p.2147-2161. ISSN 0102-311X
- 22.**Ferreira, Vanessa A. and Magalhães, Rosana Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. *Cad. Saúde Pública*, Jul 2007, vol.23, no.7, p.1674-1681. ISSN 0102-311X.
- 23.**Boog, Maria Cristina Faber. Dificuldades encontradas por médicos e enfermeiros na abordagem de problemas alimentares. *Rev. Nutr.*, Dez 1999, vol.12, no.3, p.261-272. ISSN 1415-5273.
- 24.**Madruga, Samanta Winck et al. Manutenção dos padrões alimentares da infância à adolescência. *Rev. Saúde Pública*, Abr 2012, vol.46, no.2, p.376-386. ISSN 0034-8910EII,
- 25.**Kanno, Patrícia et al. Discrepâncias na imagem corporal e na dieta de obesos. *Rev. Nutr.*, Ago 2008, vol.21, no.4, p.423-430. ISSN 1415-5273
- 26.**Souto, Silvana and Ferro-Bucher, Júlia Sursis Nobre Práticas indiscriminadas de dietas de emagrecimento e o desenvolvimento de transtornos alimentares. *Rev. Nutr.*, Dez 2006, vol.19, no.6, p.693-704. ISSN 1415-5273
- 27.**Galante, Andréa Polo and Colli, Célia A utilização da World Wide Web como ferramenta para a educação nutricional: uma revisão. *Rev. Bras. Cienc. Farm.*, Set 2003, vol.39, no.3, p.221-225. ISSN 1516-9332.
- 28.**Melere, Cristiane et al. Índice de alimentação saudável para gestantes: adaptação para uso em gestantes brasileiras. *Rev. Saúde Pública*, Fev 2013, vol.47, no.1, p.20-28. ISSN 0034-8910.
- 29.**Jaime, Patricia Constante et al. Educação nutricional e consumo de frutas e

- hortaliças: ensaio comunitário controlado. Rev. Saúde Pública, Fev 2007, vol.41, no.1, p.154-157. ISSN 0034-8910
- 30.**Alves, Hayda Josiane and Boog, Maria Cristina Faber Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. Rev. Saúde Pública, Abr 2007, vol.41, no.2, p.197-204. ISSN 0034-8910.
- 31.**Bernardon, Renata et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. Rev. Nutr., Jun 2009, vol.22, no.3, p.389-398. ISSN 1415-5273
- 32.**Azevedo, George Dantas de et al. Modificações do estilo de vida na síndrome dos ovários policísticos: papel do exercício físico e importância da abordagem multidisciplinar. Rev. Bras. Ginecol. Obstet., Maio 2008, vol.30, no.5, p.261-267. ISSN 0100-7203.

#### **Artigos com conteúdo avaliativo de programas/projetos/políticas de EAN**

- 33.**Boog, Maria Cristina Faber. Educação nutricional em serviços públicos de saúde. Cad. Saúde Pública, 1999, vol.15, suppl.2, p.S139-S147. ISSN 0102-311X.
- 34.**Amparo-Santos, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. Rev. Nutr., Out 2013, vol.26, no.5, p.595-600. ISSN 1415-5273.
- 35.**Rodrigues, Lívia Penna Firme and Roncada, Maria José A educação nutricional nos programas oficiais de prevenção da deficiência da vitamina A no Brasil. Rev. Nutr., Abr 2010, vol.23, no.2, p.297-305. ISSN 1415-5273.
- 36.**RAMALHO, Rejane Andréa and SAUNDERS, Cláudia O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. Rev. Nutr., Abr 2000, vol.13, no.1, p.11-16. ISSN 1415-5273.
- 37.**Barbosa, Roseane Moreira Sampaio, Colares, Luciléia Granhen Tavares and

- Soares, Eliane de Abreu Desenvolvimento de guias alimentares em diversos países. *Rev. Nutr.*, Ago 2008, vol.21, no.4, p.455-467. ISSN 1415-5273.
- 38.**Bezerra, José Arimatea Barros. Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Mar 2012, vol.19, no.1, p.157-179. ISSN 0104-5970.
- 39.**Fernandes, Ana Gabriela de Souza, Fonseca, Alexandre Brasil Carvalho da and Silva, Adilson Aderito da Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cienc. saude coletiva*, Jan 2014, vol.19, no.1, p.39-48. ISSN 1413-8123.
- 40.**Juzwiak, Claudia Ridel, Castro, Paula Morcelli de and Batista, Sylvia Helena Souza da Silva A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Ciênc. saúde coletiva*, Abr 2013, vol.18, no.4, p.1009-1018. ISSN 1413-8123.
- 41.**Santos, Ligia Amparo da Silva et al. Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiência. *Ciênc. saúde coletiva*, Abr 2013, vol.18, no.4, p.993-1000. ISSN 1413-8123.
- 42.**Lobo, Mônica and Martins, Isabel Imagens em guias alimentares como recursos para a educação alimentar em aulas de ciências: reflexões a partir de uma análise visual. *Cad. CEDES*, Abr 2014, vol.34, no.92, p.86-98. ISSN 0101-3262.
- 43.**Costa, Jorge de Assis et al. Promoção da saúde e diabetes: discutindo a adesão e a motivação de indivíduos diabéticos participantes de programas de saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Mar 2011, vol.16, no.3, p.2001-2009. ISSN 1413-8123
- 44.**Diez-Garcia, Rosa Wanda and Castro, Inês Rugani Ribeiro de A culinária como objeto de estudo e de intervenção no campo da Alimentação e Nutrição. *Ciênc. saúde coletiva*, Jan 2011, vol.16, no.1, p.91-98. ISSN 1413-8123



45. Rodrigues, Érika Marafon and Boog, Maria Cristina Faber Problematização como estratégia de educação nutricional com adolescentes obesos. Cad. Saúde Pública, Maio 2006, vol.22, no.5, p.923-931. ISSN 0102-311X.
46. Costa, Christiane Araújo and Bógus, Cláudia Maria Significados e apropriações da noção de segurança alimentar e nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Saude soc., Mar 2012, vol.21, no.1, p.103-114. ISSN 0104-1290.
47. Bortolini, Gisele A. and Fisberg, Mauro Orientação nutricional do paciente com deficiência de ferro. Rev. Bras. Hematol. Hemoter., Jun 2010, vol.32, suppl.2, p.105-113. ISSN 1516-8484.
48. Kubota, Nair et al. Avaliação de material educativo: adequação de quatro volantes sobre alimentação da criança de 0 a 12 meses de idade. Rev. Saúde Pública, Mar 1980, vol.14, no.1, p.101-122. ISSN 0034-8910
49. Caivano, Simone, Ferreira, Beatriz Jansen and Domene, Semíramis Martins Álvares Avaliação da usabilidade do Guia Alimentar Digital móvel segundo a percepção dos usuários. Ciênc. saúde coletiva, Maio 2014, vol.19, no.5, p.1437-1446. ISSN 1413-8123
50. Alvarez, Tatiana Souza and Zanella, Maria Teresa Impacto de dois programas de educação nutricional sobre o risco cardiovascular em pacientes hipertensos e com excesso de peso. Rev. Nutr., Fev 2009, vol.22, no.1, p.71-79. ISSN 1415-5273
51. Bissoli, Marcos Coelho and Lanzillotti, Haydeé Serrão Educação Nutricional como forma de intervenção: avaliação de uma proposta para pré-escolares. Rev. Nutr., Jun 1997, vol.10, no.2, p.107-113. ISSN 1415-5273
52. Cervato, Ana Maria et al. Educação nutricional para adultos e idosos: uma experiência positiva em Universidade Aberta para a Terceira Idade. Rev. Nutr., Fev 2005, vol.18, no.1, p.41-52. ISSN 1415-5273
53. Monteiro, Rita de Cássia de Assunção, Riether, Priscila Trapp Abbes and Burini, Roberto Carlos Efeito de um programa misto de intervenção nutricional e exercício físico sobre a composição corporal e os hábitos alimentares de

- mulheres obesas em climatério. Rev. Nutr., Dez 2004, vol.17, no.4, p.479-489. ISSN 1415-5273
- 54.** Davanço, Giovana Mochi, Taddei, José Augusto de Aguiar Carrazedo and Gaglianone, Cristina Pereira Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. Rev. Nutr., Jun 2004, vol.17, no.2, p.177-184. ISSN 1415-5273
- 55.** Boog, Maria Cristina Faber et al. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: comer... o fruto ou o produto?. Rev. Nutr., Set 2003, vol.16, no.3, p.281-293. ISSN 1415-5273
- 56.** Pessi, Sônia and Fayh, Ana Paula Trussardi Avaliação do conhecimento nutricional de atletas profissionais de atletismo e triathlon. Rev Bras Med Esporte, Ago 2011, vol.17, no.4, p.242-245. ISSN 1517-8692
- 57.** Nicastro, Humberto et al. Aplicação da escala de conhecimento nutricional em atletas profissionais e amadores de atletismo. Rev Bras Med Esporte, Jun 2008, vol.14, no.3, p.205-208. ISSN 1517-8692.
- 58.** Silva, Andréia Cristina de Almeida, Telarolli Júnior, Rodolpho and Monteiro, Maria Iolanda Analisando conhecimentos e práticas de agentes educacionais e professoras relacionados à alimentação infantil. Ciênc. educ. (Bauru), 2010, vol.16, no.1, p.199-214. ISSN 1516-7313
- 59.** Teixeira, Priscila Dryelle Sousa et al. Intervenção nutricional educativa como ferramenta eficaz para mudança de hábitos alimentares e peso corporal entre praticantes de atividade física. Ciênc. saúde coletiva, Fev 2013, vol.18, no.2, p.347-356. ISSN 1413-8123
- 60.** Souza, Rita Adriana Gomes de et al. Redução do uso de açúcar em escolas públicas: ensaio randomizado por conglomerados. Rev. Saude Publica, Ago 2013, vol.47, no.4, p.666-674. ISSN 0034-8910.
- 61.** Friedrich, Roberta Roggia, Schuch, Ilaine and Wagner, Mário Bernardes Efeito de intervenções sobre o índice de massa corporal em escolares. Rev. Saúde Pública, Jun 2012, vol.46, no.3, p.551-560. ISSN 0034-8910
- 62.** Vargas, Izabel Cristina da Silva et al. Avaliação de programa de prevenção de

- obesidade em adolescentes de escolas públicas. Rev. Saúde Pública, Fev 2011, vol.45, no.1, p.59-68. ISSN 0034-8910
- 63.** Silva, Camila Pereira da et al. Intervenção nutricional pautada na estratégia de oficinas em um serviço de promoção da saúde de Belo Horizonte, Minas Gerais. Rev. Nutr., Dez 2013, vol.26, no.6, p.647-658. ISSN 1415-5273
- 64.** Amorim, Nina Flávia de Almeida et al. Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr., Abr 2012, vol.25, no.2, p.203-217. ISSN 1415-5273
- 65.** Felipe, Flavia et al. Qualidade da dieta de indivíduos expostos e não expostos a um programa de reeducação alimentar. Rev. Nutr., Dez 2011, vol.24, no.6, p.833-844. ISSN 1415-5273
- 66.** Bueno, Júlia Macedo et al. Educação alimentar na obesidade: adesão e resultados antropométricos. Rev. Nutr., Ago 2011, vol.24, no.4, p.575-584. ISSN 1415-5273
- 67.** Detregiachí, Cláudia Rucco Penteado and Braga, Tânia Moron Saes Projeto "criança saudável, educação dez": resultados com e sem intervenção do nutricionista. Rev. Nutr., Fev 2011, vol.24, no.1, p.51-59. ISSN 1415-5273
- 68.** Boog, Maria Cristina Faber. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. Rev. Nutr., Dez 2010, vol.23, no.6, p.1005-1017. ISSN 1415-5273
- 69.** Sobral, Nilza Aparecida Tuler and Santos, Sandra Maria Chaves dos Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. Rev. Nutr., Jun 2010, vol.23, no.3, p.399-415. ISSN 1415-5273
- 70.** Yokota, Renata Tiene de Carvalho et al. Projeto "a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis": comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. Rev. Nutr., Fev 2010, vol.23, no.1, p.37-47. ISSN 1415-5273
- 71.** Fernandes, Patrícia S. et al. Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do ensino fundamental. J. Pediatr. (Rio J.), Ago 2009, vol.85, no.4, p.315-321.

ISSN 0021-7557

- 72.** Vincha, Kellem Regina Rosendo et al. Grupos de educação nutricional em dois contextos da América Latina: São Paulo e Bogotá. *Interface*, Set 2014, vol.18, no.50, p.507-520. ISSN 1414-3283
- 73.** Juzwiak, Claudia Ridel. Era uma vez...um olhar sobre o uso dos contos de fada como ferramenta de educação alimentar e nutricional. *Interface (Botucatu)*, Jun 2013, vol.17, no.45, p.473-484. ISSN 1414-3283
- 74.** Oliveira, Kathleen Sousa. Avaliação do material didático do projeto "Criança saudável: educação dez", ano 2005. *Interface (Botucatu)*, Jun 2008, vol.12, no.25, p.401-410. ISSN 1414-3283
- 75.** Schmitz, Bethsáida de Abreu Soares et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cad. Saúde Pública*, 2008, vol.24, suppl.2, p.s312-s322. ISSN 0102-31

ANEXO